

Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública

**Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro-UENF**

Centro de Ciências do Homem-CCH

Campos dos Goytacazes, Setembro/2022

Direção Administrativa e Acadêmica da UENF/CCH

Reitor

Prof. Dr. Raul Ernesto Lopez Palacio

Vice-Reitora

Profª Drª Rosana Rodrigues

Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Luis Cesar Passoni

Secretária Geral

ProfªDrª Tania Virginia De Souza E Silva

Pró-Reitor de Graduação

Prof. Dr. Manuel Antonio Molina Palma

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

Profª Drª Maura Da Cunha

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários

ProfªDrªCliciaGrativol Gaspar De Matos

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. Olney Vieira Da Motta

Diretor Geral de Administração

Sr. Pedro Cesar Da Costa Soares

Diretor da Agência de Inovação

Prof. Dr. Geraldo Marcio Timoteo

Secretaria Acadêmica

Sr. Gustavo Luna Louvem

Diretor do CCH

Prof. Dr. Rodrigo Da Costa Caetano

Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Sociais/CCH:

Prof. Dr. Hamilton Garcia De Lima

Coordenadora do Curso de Graduação em Pedagogia/CCH:

Profª Drª Eliana Crispim Franca

Coordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública/CCH:

ProfªDrª Joseane de Souza

Coordenador do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais/CCH:

Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos

Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Sociologia Política/CCH:

Profª Drª Wania Amelia Belchior Mesquita

Coordenador do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem/CCH:

Prof. Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza

Coordenadora do Programa de Extensão do CCH:

Profª Drª. Shirlena Campos De Souza Amaral

Chefe do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (LESCE)

Profª Drª Luciane Soares Da Silva

Chefe do Laboratório de Cognição e Linguagem (LCL)

Prof. Dr. Leonardo Rogerio Miguel

Chefe do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA)

Prof. Dr. Marcos Antonio Pedlowski

Chefe do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem (LEEL)

Profª Drª Rosalee Santos Crespo Istoe

Chefe do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP)

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	7
2.	A INSTITUCIONALIDADE	8
2.1.	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - DARCY RIBEIRO	8
2.1.1.	O Plano Orientador da UENF	10
2.1.2.	Organização da UENF	12
2.1.3.	Panorama atual da UENF	15
2.1.4.	Organização Administrativa	16
2.1.5.	Organização Física	18
2.1.6.	Cursos oferecidos	20
2.1.7.	Outras instalações da UENF	21
2.2.	O CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM	22
3.	O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UENF	24
3.1.	BREVE HISTÓRICO	24
3.2.	OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES	25
3.2.1.	Objetivo do Curso	25
3.2.2.	Competências, habilidades e atitudes	26
3.3.	PERFIL PROFISSIONAL	27
3.4.	JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO	28
3.5.	BASE LEGAL DO CURSO	29
3.5.1.	Juramento do Campo de Públicas	30
3.6.	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	30
3.6.1.	Informações gerais sobre o curso	30
3.6.2.	Formas de ingresso:	30
3.6.3.	Duração do curso:	31
3.7.	REGIME ACADÊMICO:	31
3.7.1.	Regime de matrícula:	31
3.7.2.	Carga horária total:	32
3.8.	EIXOS DE FORMAÇÃO	33
3.9.	ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS	34
3.10.	CRITÉRIOS PARA INTEGRALIZAÇÃO:	34
4.	MATRIZ CURRICULAR DO CURSO	36
4.1.	DISCIPLINAS	36
4.1.1.	Disciplinas obrigatórias	36
4.1.2.	Disciplinas optativas	36
4.1.3.	Disciplinas eletivas:	36

4.2.	ATIVIDADES CURRICULARES	37
4.2.1.	Atividades Curriculares Complementares (ACC)	37
4.2.2.	Atividades Curriculares de Imersão (ACI)	37
4.2.3.	Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	38
4.2.4.	Estágio Supervisionado:	39
4.2.5.	Monografia	40
4.3.	QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES	41
4.4.	MATRIZ CURRICULAR POR PERÍODO LETIVO	42
4.5.	FLUXOGRAMA DAS DISCIPLINAS	45
5.	SISTEMA DE AVALIAÇÃO	46
5.1.	Disciplinas obrigatórias e optativas	46
5.2.	Atividades Curriculares Acadêmicas Complementares	46
5.2.1.	Critérios para contabilização das horas de AAC:	47
5.3.	Atividades Curriculares de Imersão	49
5.3.1.	Critérios para contabilização das horas de AEU:	49
5.4.	Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	49
5.4.1.	Critérios para contabilização das horas das ACEs:	50
5.5.	Monografia:	52
5.6.	Estágio Supervisionado	54
6.	EMENTÁRIO	55
7.	PERFIL DO CORPO DOCENTE	56
7.1.	CORPO DOCENTE	56
8.	GESTÃO DO CURSO	62
8.1.	COORDENAÇÃO DO CURSO	62
8.2.	COLEGIADO DO CURSO	62
8.3.	NÚCLEO ESTRUTURANTE DO CURSO	63
9.	AVALIAÇÃO DO CURSO E DO PPC	64
9.1.	SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO	64
9.2.	INDICADORES DE DESEMPENHO DO PPC	64
10.	INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA	65
10.1.	BIBLIOTECA	65
10.2.	SALAS DE AULA	65
10.3.	SALAS DE PESQUISA	66
10.4.	SALA DE INFORMÁTICA PARA A GRADUAÇÃO	66
10.5.	SUORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	67
10.6.	UNIDADE EXPERIMENTAL DE SOM E IMAGEM	67
10.7.	AUDITÓRIO MULTIMÍDIA	68

10.8.	SECRETARIA DO CURSO	68
10.9.	ASSESSORIA DE TRANSPORTE	69
10.10.	GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO	69
11.	REFERÊNCIAS	70

1. APRESENTAÇÃO

Nome do curso: Curso de Graduação em Administração Pública

Forma de oferta: Presencial

Código do curso: 1157031

Enquadramento MEC/INEP/ENADE

Área Geral: “Negócios, Administração e Direito”

Área Específica: “Negócios e Administração”

Área Detalhada: “Gestão e Administração”

Rótulo: “Administração Pública”

Nota ENADE (2018): 4,0

2. A INSTITUCIONALIDADE

2.1. A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE - DARCY RIBEIRO

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF localiza-se à Avenida Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia, *Campus* Leonel Brizola, com sede e foro na cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, CEP 28013-602, CNPJ 04809688/0001-06, Inscrição Estadual 77329587. É uma fundação dotada de personalidade jurídica de direito público, de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão patrimonial e financeira, integrando a Administração Estadual Indireta através da Lei Complementar nº. 99 de 23 de outubro de 2001, publicada em DOERJ de 25 de outubro de 2001.

Foi autorizada pelo Parecer 223/93 do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 23 de junho de 1993, publicado em DOERJ de 24 de junho de 1993. Foi credenciada pelo Parecer de Reconhecimento 334/98 do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, de 30 de dezembro de 1998, publicado em DOERJ de 31 de dezembro de 1998. É credenciada junto ao Ministério da Educação para a oferta de cursos na modalidade de ensino a distância.

O município de Campos dos Goytacazes está situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, distante cerca de 280 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Caracteriza-se pelas atividades de exploração de petróleo e gás natural em sua plataforma continental. A área da unidade territorial do município de Campos dos Goytacazes compreende 4.032 km². O município é constituído de 14 distritos: Campos de Goytacazes, Dores de Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos (IBGE, 2010). Com uma população estimada em 2021 (IBGE) de 514.643 habitantes, o PIB do município de Campos em 2021 (IBGE) correspondia a R\$ 29.097.630 (vinte e nove bilhões, noventa e sete milhões, seiscentos e trinta mil reais). Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) para o ano de 2000 correspondia a 0,716, e o IDHM para a Educação era de 0,619 (PNUD BRASIL, IPEA e FJP, 2000).

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro teve sua origem promulgada em 05 de outubro de 1989 através de Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Lei nº 1.596, de 20 de dezembro de 1989, através do artigo 49, o qual estabeleceu que "O Estado criará a Universidade Estadual

Norte Fluminense, com sede em Campos dos Goytacazes, no prazo máximo de 3 anos da promulgação desta Constituição.”

Em 27 de setembro de 1990 o governador Moreira Franco assinou o anteprojeto de Lei que seria encaminhado à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), criando a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Tal projeto de lei foi aprovado pela Alerj e sancionado pelo governador em 16 de outubro de 1990. A Lei nº 1.740 autorizava o Poder Executivo a criar a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), com sede na Cidade de Campos dos Goytacazes, dotada de personalidade jurídica de Direito Público, observados os princípios de autonomia didático-científicas, administrativas e legislativas estaduais e federais específicas, bem como sua destinação a funções de ensino, pesquisa e extensão.

O estatuto da UENF foi aprovado sob a forma do Decreto 16.357, de 27 de fevereiro de 1991, bem como a criação da Universidade.

Posteriormente, no Governo Leonel Brizola, o decreto viria a ser revogado e substituído pela Lei 2.043, de 10 de dezembro de 1992, instituindo a Fundação Estadual Norte Fluminense (Fenorte), com o objetivo de manter e desenvolver a UENF e implantar e incrementar o Parque de Tecnologia (TECNORTE), ambos sem personalidade jurídica autônoma.

Em 23 de dezembro de 1991, através do Decreto nº 17.207, foi incumbido à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais fornecer suporte técnico, administrativo, orçamentário e financeiro necessários à implantação da UENF, tendo sido, para tal, aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Também nesta data, outro Decreto, o Decreto nº 17.206, atribui a essa Secretaria a missão de instituir e implantar a UENF, criando a Comissão Acadêmica de Implantação e uma Comissão Técnica de Planejamento e Implantação da Universidade e sua respectiva fundação mantenedora (Fenorte).

O Decreto nº17.206 destacava:

(...) a necessidade de responder ao desafio de integrar o Brasil na civilização emergente que se funda nas novas ciências e tecnologias avançadas que só uma universidade moderna pode dominar, cultivar e transmitir, conjunta e integralmente;

A oportunidade de oferecer ao Estado do Rio de Janeiro a instituição de uma universidade com pleno domínio do saber científico e plena capacidade de experimentação tecnológica;

O dever de garantir à Região Norte Fluminense os instrumentos técnicos, científicos e pessoal qualificados indispensáveis ao aprimoramento e expansão de suas atividades produtivas, notadamente no tocante à exploração de petróleo e gás, na modernização da agricultura e da pesca (...).

Assim, a Comissão Acadêmica de Implantação tinha como atribuição "elaborar o plano estrutural e a programação didática, científica e tecnológica da Universidade e propor convênios com Institutos Científicos e Tecnológicos Nacionais e Internacionais de estudos avançados e de pesquisa de ponta". Como missão tinha de "propor a estrutura da fundação mantenedora da Universidade, bem como sua configuração física e arquitetônica e as diretrizes que nortearão seu funcionamento administrativo".

Para atender às diretrizes administrativas, segundo a concepção de uma nova universidade, a Comissão optou por uma estrutura simplificada que impediria que a burocracia prejudicasse a agilidade nas decisões. Baseado nessa premissa montou-se uma estrutura administrativa composta pela reitoria, direção de centro e chefia de laboratório, além das coordenações de graduação e pós-graduação. As decisões gerais seriam emanadas pelo Conselho Diretor, composto pelo Reitor, Diretores de Centro e Presidente da Fenorte.

O chanceler, professor Darcy Ribeiro, tinha a tarefa fundamental de coordenar as relações da Universidade e sua Mantenedora, atuando como interface junto ao Governo do Estado, na gestão Leonel Brizola.

2.1.1. O Plano Orientador da UENF

Para a implantação da UENF o governador Leonel Brizola convidou o professor Darcy Ribeiro para concebê-la. Para o atendimento desse convite, Darcy Ribeiro elaborou o Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense, que, segundo ele, tinha como "função dar a ela um espelho de si mesma, um corpo de metas que ela precisa ter em mente, para não perder-se na disputa pelo poder e prestígio de seus corpos acadêmicos. Sua ausência condena a universidade a um crescimento ganglionar e desarticulado, como um produto residual de seu passado".

Nas palavras de Darcy Ribeiro:

A Universidade Brasileira viveu três idades ao longo de sua breve história. Na primeira, meramente nominal, estava segmentada em faculdades autárquicas de Direito, Medicina e Engenharia, que se desconheciam umas às outras, mantendo o isolamento das antigas escolas (...).

Vem, a seguir, a universidade filósofa, em que as grandes escolas autônomas continuam sua vida isolada, mas se enriquece o conjunto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta, embora criada com vocação integrativa, não conseguiu dar organicidade à universidade, constituiu-se apenas como uma nova faculdade. Permitiu, porém, algum progresso no domínio das ciências básicas (...).

A terceira idade corresponde à estruturação da Universidade de Brasília, com o seu sistema triplô de Institutos Centrais, Faculdades Profissionais e Órgãos complementares. Os Institutos davam tanto cursos preparatórios para as faculdades, como se dedicavam à pesquisa e ao ensino em nível de pós-graduação, cada qual no seu campo de saber. As Faculdades recebiam alunos no nível de terceira série, para lhes dar capacitação profissional através de práticas educativas. Os Órgãos Complementares cuidavam da Biblioteca Central e da Editora. (DARCY RIBEIRO, 2015, 214-215)

Na ótica de Darcy Ribeiro, a UnB, em virtude do panorama político promovido pela ditadura no Brasil, perdeu suas características inovadoras, transformando-se em mais uma Universidade Federal, tentando buscar, a duras penas, recuperar suas características de centro cultural e científico da Capital.

Assim, sua análise leva à observação de que as universidades brasileiras, "públicas e privadas, não correspondem à concretização de um projeto próprio e lúcido de organização universitária. São, antes, o resultado residual de múltiplas decisões isoladas e anárquicas referentes a interesses corporativos ou particularistas" (DARCY RIBEIRO, 2015, 2016). Assim, ao ser convidado a elaborar o Plano Orientador da UENF, Darcy Ribeiro observa que "estamos desafiados, agora, a inventar e implantar as universidades da quarta idade, em que a pesquisa, o ensino e a experimentação se integrem no estudo dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil." (DARCY RIBEIRO, 2015, 2016).

Imbuído fortemente de sua visão crítica sobre o ensino superior brasileiro e baseado em sua ideologia de como este deveria ser, Darcy Ribeiro concebe o Plano Orientador da UENF. Tem como referencial as experiências concretas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e do *California Institute of Technology* (CALTECH), marcadamente empenhados no cultivo das humanidades clássicas, mas essencialmente voltados para operar nas fronteiras do saber científico e tecnológico. Assim, Darcy Ribeiro vislumbrava o que deveria ser a Universidade do Terceiro Milênio — uma instituição acadêmica plenamente consciente de que seus alunos já operariam depois do ano 2000. Uma nova universidade não mais baseada nos modelos que já possuíamos, mas que permitisse partir para a experimentação, visando criar um novo modelo. Uma "universidade que vá se construindo por si mesma, passo a passo, com o propósito de dominar os campos do saber de maior interesse estratégico para o desenvolvimento social e cultural autônomo do Brasil" (DARCY RIBEIRO, 2015, 220).

Para Darcy Ribeiro a ambição da UENF no tocante à implantação de núcleos de pesquisa e de experimentação, objetivando o domínio do saber humano e o desenvolvimento regional e nacional, deve-se pautar segundo duas fidelidades essenciais, das quais a primeira é

a seriedade da própria pesquisa, que não deve ser nunca convertida numa simulação como se todo docente devesse estar sempre pesquisando(...). A segunda fidelidade obrigatória da Universidade é aos padrões internacionais do saber que, como empreendimento coletivo de toda comunidade científica mundial tem níveis claramente mensuráveis que precisam ser alcançados e mantidos. A falsa pesquisa é pior do que pesquisa nenhuma. (DARCY RIBEIRO, 2015, 224).

Preconiza ainda, que “as atividades científicas dos laboratórios e dos centros culturais da Universidade devem ser programadas com agudo senso crítico a respeito de todas as ameaças de alienação” (DARCY RIBEIRO, 2015, 224). E que

(...) deve dedicar-se à experimentação prática em campos cuidadosamente escolhidos (...) onde os alunos se familiarizarão com a metodologia científica (...) surgindo a oportunidade de treinamento para pessoal sem formação secundária, que podem ser treinados como mão-de-obra qualificada (...), uma preocupação ativa de servir melhor à comunidade. (DARCY RIBEIRO, 2015, 224-225).

No tocante ao currículo, Darcy Ribeiro orienta que as disciplinas se refiram ao objeto geral do curso, permitindo ao aluno dominar o corpo conceitual da profissão a que vai se dedicar, ofertando disciplinas alternativas de modo que o aluno possa ir se orientando segundo suas preferências, talentos e sua percepção de o que o mercado de trabalho lhe exigirá. Assim, todo aluno da UENF deverá ter a certeza de que seu trabalho formativo se desenvolverá balanceando-se os aspectos teóricos e os práticos, "com o sentimento de que sua formação profissional também será uma formação humana, e que seu trabalho intelectual se elevará com o trabalho manual". (DARCY RIBEIRO, 2015, 232).

2.1.2. Organização da UENF

Para Darcy Ribeiro, a UENF seria implantada com uma estrutura múltipla de Centros Integrados de Ciências, de Centros de Experimentação Tecnológica, de Centros Complementares e do Parque de Alta Tecnologia. Os Centros Integrados seriam compostos de Laboratórios dotados de equipamentos e das facilidades necessárias para a pesquisa científica e tecnológica do mais alto padrão, para a experimentação científica e para o ensino. Os cursos universitários se organizariam através de uma estrutura de Decanatos, responsáveis pela orientação da formação dos acadêmicos nos Centros e Laboratórios. O Parque consistiria de

unidades de cooperação com o mundo empresarial e de demonstração científica. Na categoria de Parque de Alta Tecnologia, Darcy Ribeiro preconizava a implantação das seguintes modalidades de produção empresarial: Modelos de Fazenda (modelos economicamente viáveis de pequenas empresas de atividade agrária e pastoril), Incubadora de Empresas (destinadas a abrigar e orientar projetos empresariais de alta tecnologia nos campos petroquímico, químico-açucareiro e da exploração do gás), Banco de Germoplasmas (núcleo de coleta, conservação e difusão de plantas a serviço de biofábricas), *Brasiliumpalmarum* (horto das palmeiras nativas do Brasil) e o Santuário de Aves e Frutas (horto das árvores frutíferas nativas e importadas). Contaria, ainda, com Centros Complementares consistindo em órgãos suplementares, dentre os quais aqueles destinados à fertilização da vida acadêmica.

O desafio da universidade, segundo Darcy Ribeiro,

(...) é formar pessoas motivadas e capacitadas para a reconstrução de nossa realidade social, a fim de fazer o brasileiro comum mais próspero, mais livre e mais feliz. Essa meta se alcançará tanto pelo cultivo das ciências e das técnicas no mais alto nível, como pela prática experimental e pela ação social participativa, mas, sobretudo, pela ação educativa, curricular, extracurricular e a distância. (DARCY RIBEIRO, 2015, 244).

Assim, para atender a tais objetivos, os cursos da UENF deveriam combinar conteúdos acadêmicos, na forma de saber a ser dominado, com treinamento e exercícios práticos. Os cursos seriam orientados por um ciclo básico unificado abrindo-se nas três linhas de formação — Ciências da Matéria (para os alunos das áreas das engenharias físicas), Ciências da Vida (base para a biotecnologia, engenharia genética, engenharias de produção animal e vegetal, bem como para as engenharia florestal e ambiental) e por último a focalização nas Ciências Humanas.

O aspecto pedagógico enfatizado seria a vinculação do discente, desde a formação em graduação, aos trabalhos de pesquisa desenvolvidos nos laboratórios, permitindo a convivência do aluno com os pós-graduandos.

Na etapa inicial, previam-se dois anos de ciclo comum. Desta forma, os alunos não escolheriam os cursos, que seria feita após a conclusão do Ciclo Básico Comum (CBC), composto por disciplinas gerais consideradas formativas. Considerava-se que, à época da escolha, o aluno tivesse maturidade e conhecimento suficientes para realizar a opção por uma área do saber. Seria durante o cumprimento do CBC que o aluno receberia uma formação humanística essencial para o exercício de qualquer profissão, segundo a ótica de Darcy Ribeiro. Já o Ciclo Profissional constituiria a fase em que se ministrariam as disciplinas específicas.

A concepção administrativa elaborada por Darcy Ribeiro para a UENF consistia na existência de duas organizações complementares — a fundação mantenedora, cuja função seria a de captar recursos e gerir administrativamente a Universidade —, e a Universidade propriamente dita, como instituição acadêmica autônoma, cujo reitor seria nomeado pelo governador do estado através da composição de uma lista proposta pelos professores. Ao chanceler caberia a coordenação das relações entre a Fundação e a Universidade, operando na interface com o município e o estado. Assim, as Comissões de Implantação dos Centros foram conduzidas por seus Coordenadores de Centros e pelos Chefes dos Laboratórios (daqueles que foram entrando em funcionamento). Em 1993 fora publicado, em Diário Oficial do Estado de 28 de julho, a estrutura da UENF, consistindo, inicialmente, de três Centros: Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Biociências Biotecnologia (CBB) e Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), com sua estruturação detalhada, mencionando os Laboratórios e seus docentes.

A estrutura administrativa proposta para a UENF foi a organização em Laboratórios e não em Departamentos, como ocorre nas demais universidades brasileiras. A estruturação em Laboratório era fundamental na concepção de Universidade defendida por Darcy Ribeiro. Seguindo essa visão, cada laboratório deveria reunir pesquisadores e técnicos de diferentes áreas, trabalhando em conjunto sobre determinadas temáticas gerais. Nos laboratórios haveria, também, setores dedicados a questões mais específicas dessas temáticas.

A chefia de um laboratório caberia sempre a uma liderança científica das pesquisas desenvolvidas por seus professores. Não teria sentido, portanto, eleger esses chefes, cuja excelência científica e capacidade de liderança seriam reconhecidas por seus pares. O número de laboratórios não seria previamente fixado, pois cada vez que um pesquisador possuidor desse perfil chegasse à universidade ou se destacasse em seu corpo docente poderia criar-se um novo laboratório.

Para isso colocava-se a exigência de que os chefes de laboratório fossem professores titulares, representando o topo de uma pirâmide acadêmica. Assim, a universidade deveria ser uma estrutura meritocrática. Contudo, esse modelo funcionou plenamente somente em alguns laboratórios até meados de 1998. Durante a fase de discussão do estatuto da UENF, com a participação de todos, observou-se que havia uma aspiração legítima de outros pesquisadores a assumir a direção de um laboratório. Assim, atualmente a chefia é

conquistada através de eleições, à semelhança do que ocorre nos departamentos das universidades brasileiras.

Em 2001, a UENF, por meio da Lei Complementar nº 99, de 23 de outubro de 2001, conquista sua autonomia, passando a integrar a Administração Estadual Indireta sob a forma de uma fundação com personalidade jurídica de direito público, com autonomia didático-científica, administrativa e de gestão patrimonial e financeira, separando-se, definitivamente, da Fundação Estadual Norte Fluminense (Fenorte), constituída para mantê-la.

Somente em 2001, após a autonomia da Universidade, o Estatuto Geral foi elaborado e aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 29 de novembro e, através do Decreto nº. 30.672, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ) em 19/02/2002. Seu Regimento Geral foi elaborado e aprovado pela Resolução CONSUNI 005 somente em 06 de julho de 2006.

Nos anos de 1999 e 2000, a UENF implantou suas Licenciaturas noturnas — Biologia, Matemática, Física e Química, em consonância com a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDBEN) e com o Plano Orientador da Universidade. Tinha como objetivo atender as necessidades sócioeducacionais das regiões Norte e Noroeste Fluminense. A modalidade de educação a distância por meio do Consórcio CEDERJ foi credenciada na UENF para a oferta de cursos superiores através da Portaria Ministerial nº. 1762 de 08 de agosto de 2001, publicada em D.O.U. Ano CXXXIX, nº. 152, de 09 de agosto de 2001, após aprovação do Parecer nº. 1.006/2001 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. No mesmo ano de 2001, o consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) iniciou o curso de Biologia a Distância e, em 2007, iniciou o Curso de Licenciatura em Química, ambos com coordenação na UENF.

Durante os anos 2000 os seguintes cursos de graduação iniciaram suas atividades: Zootecnia (2003), Engenharia de Produção (2004), Ciência da Computação (2007), Administração Pública (2012), Licenciatura em Pedagogia EaD (2015) e Engenharia Meteorológica (2018). Importante ressaltar que a Universidade ainda possui projetos de criação de novos cursos de graduação nas diferentes áreas do conhecimento. O mesmo movimento se observa para a pós-graduação, tendo sido criados novos cursos em níveis de mestrado e doutorado.

2.1.3. Panorama atual da UENF

Atualmente, a UENF possui quatro Centros onde se desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Cada Centro é formado por Laboratórios dotados de infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades-fim da Universidade. Ainda compondo a estrutura da UENF, esta apresenta seus órgãos suplementares, que consistem na Casa de Cultura Villa Maria, doada em testamento para a universidade, funcionando como centro cultural, e o Hospital Veterinário, estrutura essencial para o segmento profissionalizante do curso de Medicina Veterinária. A Universidade possui quatro bibliotecas setoriais localizadas nos Centros, sendo que há um projeto para a construção da Biblioteca Central.

Seu contingente docente é de professores doutores concursados como professores associados ou professores titulares e com dedicação exclusiva. Esses professores estão distribuídos nos 28 Laboratórios dos seus quatro Centros – CCH, CCT, CBB e CCTA. Apresenta mais de 5.000 matrículas ativas nos 17 cursos presenciais de graduação oferecidos e nos quatro cursos semipresenciais (EaD) ofertados através do Consórcio CEDERJ (Licenciatura em Ciências Biológicas, Química e Pedagogia, e Engenharia Meteorológica) e em torno de 2000 alunos, nos 14 cursos de pós graduação. Em seus 29 anos de existência, a UENF tornou-se referência nacional em diferentes áreas de atuação, tendo formado 4.882 alunos — entre bacharéis e licenciados em diversas áreas —, produzindo dissertações de mestrado, teses de doutorado e patentes por meio de seus programas de pós-graduação (SECACAD - julho/2019).

2.1.4. Organização Administrativa

A administração da UENF é constituída por Órgãos que compõem a Administração Superior, a Administração dos Centros e seus Laboratórios e Órgãos Complementares e Auxiliares da Reitoria, classificados em: Órgãos Colegiados com funções deliberativas, normativas, consultivas, executivas e de auditoria e Órgãos Executivos.

Os Órgãos da Administração Superior são de quatro tipos, a saber:

- I. Órgãos Colegiados:
 - Conselho Universitário (normativo e deliberativo)
 - Colegiado Acadêmico (normativo e deliberativo)
 - Câmara de Graduação (normativo e deliberativo)
 - Câmara de Pesquisa e Pós-graduação (normativo e deliberativo)
 - Câmara de Extensão e Assuntos Comunitários (normativo e deliberativo)
 - Conselho Consultivo (consultivo)

- Conselho Curador (de auditoria e consultivo)
- Colegiado Executivo (executivo)
- Câmara de Carreira Docente (deliberativo)
- Câmara de Carreira Técnico-Administrativa (deliberativo)

II. Órgãos Executivos:

- Reitoria
- Vice-Reitoria
- Pró-Reitoria de Graduação
- Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- Pró-Reitoria de Extensão
- Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários
- Diretoria Geral Administrativa
- Agência UENF de Inovação
- Diretoria de Informação e Comunicação
- Prefeitura da UENF

III. Órgãos Administrativos Auxiliares:

- Chefia de Gabinete do Reitor
- Secretaria Geral
- Secretaria Acadêmica
- Auditoria Interna
- Assessoria Jurídica
- Gerência de Comunicação
- Gerência de Informação
- Assessoria de Assuntos Internacionais e Institucionais

IV. Órgãos Executivos Suplementares:

- Biblioteca Central
- Casa de Cultura Villa Maria
- Hospital Veterinário
- Núcleo de Informática
- Espaço da Ciência
- Editora Universitária
- Serviço de Atendimento à Comunidade Universitária

São Órgãos da Administração no nível dos Centros:

- I. Órgãos Colegiados:
 - Conselho de Centro
 - Colegiados de Cursos de Graduação
 - Comissões Coordenadoras de Programas de Pós-graduação
 - Colegiados de Extensão
 - Comissões Setoriais de Carreira Docente
 - Comissões Setoriais de Carreira Técnico-Administrativa

- II. Órgãos Executivos:
 - Diretorias de Centro
 - Secretaria de Graduação
 - Secretaria de Pós-Graduação
 - Secretaria de Extensão e Assuntos Comunitários

São Órgãos da Administração no nível dos Laboratórios:

- I. Órgãos Colegiados
 - Colegiados de Laboratório
 - Órgãos Executivos:
 - Chefias de Laboratório

2.1.5. Organização Física

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro é constituída por quatro Centros, a saber: CCTA, CBB, CCT e CCH. Em cada Centro há diretorias e conselhos próprios, além das coordenações dos cursos de graduação e de pós-graduação ofertados no âmbito do mesmo, e uma coordenação de extensão.

A seguir são apresentados a estruturação dos Centros e seus Laboratórios:

- I. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA)
 - Diretoria (Conselho de Centro)
 - Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão
 - Laboratórios:
 - Laboratório de Engenharia Agrícola (LEAG)
 - Laboratório de Entomologia e Fitopatologia (LEF)
 - Laboratório de Fitotecnia (LFIT)
 - Laboratório de Solos (LSOL)
 - Laboratório de Tecnologia de Alimentos (LTA)
 - Laboratório de Melhoramento Genético Vegetal (LMGV)

- Laboratório de Reprodução e Melhoramento Genético Animal (LRMGA)
 - Laboratório de Sanidade Animal (LSA)
 - Laboratório de Zootecnia (LZO) e Nutrição Animal (LZNA)
- II. Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB)
- Diretoria (Conselho de Centro)
 - Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão
 - Laboratórios:
 - Laboratório de Biologia Celular e Tecidual (LBCT)
 - Laboratório de Biologia do Reconhecer (LBR)
 - Laboratório de Biotecnologia (LBT)
 - Laboratório de Ciências Ambientais (LCA)
 - Laboratório de Fisiologia e Bioquímica de Micro-organismos (LFBM)
 - Laboratório de Química e Função de Proteínas e Peptídeos (LQFPP)
- III. Centro de Ciência e Tecnologia (CCT)
- Diretoria (Conselho de Centro)
 - Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão
 - Laboratórios:
 - Laboratório de Materiais Avançados (LAMAV)
 - Laboratório de Meteorologia (LAMET)(com sede em Macaé)
 - Laboratório de Ciências Físicas (LCFIS)
 - Laboratório de Ciências Matemáticas (LCMAT)
 - Laboratório de Ciências Químicas (LCQUI)
 - Laboratório de Engenharia Civil (LECIV)
 - Laboratório de Engenharia e Exploração de Petróleo (LENEP)
 - Laboratório de Engenharia de Produção (LEPROD)
 -
- IV. Centro de Ciências do Homem (CCH)
- Diretoria (Conselho de Centro)
 - Coordenações de Graduação, de Pós-Graduação e de Extensão
 - Laboratórios:
 - Laboratório de Cognição e Linguagem (LCL)
 - Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico (LEEA)
 - Laboratório de Estudo da Educação e Linguagem (LEEL)
 - Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado (LESCE)
 - Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP)

2.1.6. Cursos oferecidos

A UENF oferece um total de 21 cursos de graduação, sendo 17 em formato presencial e quatro em formato semipresencial (EaD), ressaltando-se que os cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, Pedagogia e Química são oferecidos em ambas as modalidades.

- I. Graduação presencial:
 - Administração Pública
 - Agronomia
 - Ciências Biológicas (licenciatura)
 - Ciência da Computação
 - Pedagogia (licenciatura)
 - Ciências Biológicas (bacharelado)
 - Ciências Sociais
 - Engenharia Civil
 - Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo
 - Engenharia Meteorológica
 - Engenharia de Produção
 - Engenharia Metalúrgica
 - Física (licenciatura)
 - Matemática (licenciatura)
 - Medicina Veterinária
 - Química (licenciatura)
 - Zootecnia

- II. Graduação a Distância - EaD
 - Ciências Biológicas (licenciatura)
 - Química (licenciatura)
 - Pedagogia (licenciatura)
 - Engenharia Meteorológica

Além dos cursos de graduação, há na Instituição 14 cursos de Pós Graduação, todos em formato presencial:

- Biociências e Biotecnologia (Mestrado e Doutorado)
- Biotecnologia Vegetal (Mestrado e Doutorado)
- Ciência Animal (Mestrado e Doutorado)
- Ciências Naturais (Mestrado e Doutorado)
- Cognição e Linguagem (Mestrado e Doutorado)

- Ecologia e Recursos Naturais (Mestrado e Doutorado)
- Engenharia Civil (Mestrado e Doutorado)
- Engenharia de Reservatório e de Exploração (Mestrado e Doutorado)
- Engenharia e Ciência dos Materiais (Mestrado e Doutorado)
- Genética e Melhoramento de Plantas (Mestrado e Doutorado)
- Matemática (Mestrado profissional - PROFMAT)
- Políticas Sociais (Mestrado e Doutorado)
- Produção Vegetal (Mestrado e Doutorado)
- Sociologia Política (Mestrado e Doutorado)

2.1.7. Outras instalações da UENF

Os cursos presenciais são ofertados nos *campi* Leonel Brizola, em Campos dos Goytacazes (RJ), e Carlos Alberto Dias, em Macaé (RJ), onde se localizam os ambientes como laboratórios, escritórios, salas de aulas, bibliotecas, oficinas, administração e demais dependências de apoio acadêmico. As instalações ocupam uma área de 50 mil metros quadrados, situada na Avenida Alberto Lamego, 2000. Além do campus Leonel Brizola, a estrutura da UENF é integrada por dependências situadas fora da sede:

- Casa de Cultura Villa Maria - antiga mansão situada na região central da cidade e incorporada à UENF por ato de doação. Possui as facilidades necessárias à execução de atividades culturais e de extensão como palestras, simpósios, debates, concertos, "shows" e cursos rápidos informais oferecidos à comunidade;
- Estação Experimental UENF/ Antonio Sarlo - nas dependências da Escola Agrotécnica de nível médio, que ocupa uma área de cerca de 50 hectares. Por meio de convênios a UENF utiliza-se de suas dependências para atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Campus Carlos Alberto Dias - na cidade de Macaé localiza-se o Laboratório de Engenharia de Petróleo (LENEP) cujas dependências são utilizadas a partir do quarto semestre do curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo e o Laboratório de Engenharia Meteorológica (LAMET).

2.2. O CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

O atual Centro de Ciências do Homem (CCH) da UENF foi criado em 1994, tendo, então, o nome de Centro de Humanidades (PAES JÚNIOR, 2018). O primeiro curso de graduação instituído, em 1995, foi o de Educação: habilitação para o magistério. Ao longo do tempo, assumiu diferentes nomes e formatos: Licenciatura em Pedagogia, no ano de 1997; Licenciatura em Educação, em 1998; Ciências da Educação, em 2000; Ciência da Educação, em 2001; e Licenciatura em Pedagogia, a partir de 2009 (PAES JUNIOR, 2018).

Conforme conteúdo publicado em sítio eletrônico da UENF¹, em 1995 os primeiros alunos da área de Educação optaram por formar o corpo discente do curso de Ciências Sociais, “o que foi possível dado o fato de que ambas as grades curriculares previam um tronco comum das disciplinas nos dois primeiros períodos” (UENF, 2022). O bacharelado em Administração Pública foi implantado em 2012. Entre 1996 e 1999, vigorou na UENF o Ciclo Básico Comum, pelo qual os ingressantes experimentavam uma formação ampla e interdisciplinar antes de optar pelas respectivas carreiras (SMIDERLE & MUYLEAERT, 2013).

Na pós-graduação, os primeiros programas implantados, inicialmente com mestrado, foram Políticas Sociais (UENF, 2022) e Cognição e Linguagem, ambos em 1999. Em 2007 o CCH passou a oferecer doutorado (além de mestrado) por meio do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (UENF, 2022). Em 2013 o programa de Cognição e Linguagem foi autorizado a oferecer doutorado, o que ocorreu a partir de 2014 (UENF, 2022). Nesse mesmo ano, a autorização chegou para o programa de Políticas Sociais, que iniciou o doutorado em 2015².

Dois grandes projetos de pesquisa e extensão começaram a funcionar em 2014 no CCH, ambos vinculados ao licenciamento ambiental de petróleo e gás, conduzido pelo Ibama. São eles “Territórios do Petróleo: Royalties e Vigília Cidadã na Bacia de Campos” e “Pescarte”. Por meio desses projetos, executados em parceria com a Petrobras, o CCH experimenta uma capilaridade que alcança os 11 municípios

¹<https://uenf.br/graduacao/ciencias-sociais/historia-do-curso/>, consulta em 22/08/22.

² Informação prestada em 22/08/22, por mensagem do aplicativo WhatsApp, pela professora Sílvia Alicia Martínez, que era coordenadora do Programa de Políticas Sociais à época .

costeiros pertencentes à Bacia de Campos em seu trecho fluminense: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra³ (PESCARTE, 2022; TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2022).

³ Casimiro de Abreu está na jurisdição apenas do Territórios do Petróleo, enquanto São Francisco de Itabapoana é abrangido somente abrangido pelo Pescarte. Os demais estão na área de abrangência de ambos os projetos.

3. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UENF

3.1. BREVE HISTÓRICO

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF foi planejada para formar mão de obra qualificada, apta a se inserir em um mercado caracterizado pela mudança, modernização, flexibilidade e inovação. Mas a UENF também foi concebida para fazer diferença na sociedade e na vida das pessoas. Segundo Darcy Ribeiro (1993, p. 45),

(...) o desafio que enfrentamos é formar pessoas motivadas e capacitadas para a reconstrução de nossa realidade social, a fim de fazer o brasileiro comum mais próspero, mais livre e mais feliz. Esta meta se alcançará tanto pelo cultivo das ciências e das técnicas de mais alto nível, como pela prática experimental e pela ação social participativa, mas sobretudo pela ação educativa, curricular, extra-curricular e à distância.

É nesse cenário que surge o curso de Bacharelado em Administração Pública da UENF, idealizado por Darcy Ribeiro.

A aprovação da criação do curso no Conselho Universitário (CONSUNI), última instância universitária, se deu em 18 de dezembro de 2009. Nessa mesma data foi aprovada a criação do Laboratório de Gestão e Políticas Públicas (LGPP), com o objetivo de dar suporte ao mesmo.

Em fevereiro de 2012, o curso de Bacharelado em Administração Pública, admitiu sua primeira turma, com 20 alunos (100% das vagas oferecidas). Até 2016, 43 alunos já haviam integralizado o curso, de um total de 100 alunos admitidos no programa; desse total, dez alunos encontram-se em fase de finalização do mesmo, ou seja, um aproveitamento de 53%. Atualmente contamos com 91 alunos em curso, ressaltando-se que, a partir de 2019, o número de desligamentos reduziu-se abruptamente, mesmo diante da situação de pandemia e da crise política e econômica que se reflete sobre o funcionalismo público.

Em 2018, os alunos ingressantes em 2014 (terceira turma) realizaram o Exame Nacional dos Estudantes (ENADE), promovido pelo Ministério da Educação (ENADE/MEC). O curso de Administração Pública da UENF obteve conceito 4, o que lhe garantiu a sexta colocação entre os 61 cursos de Graduação em Administração

Pública do país. A média dos alunos de Administração Pública da UENF nesta prova (58,7) superou a média nacional (45,7), regional do Sudeste (52,9) e estadual (51,5). (UENF, 2019).

Em relação aos egressos, alguns passaram a integrar quadros efetivos do funcionalismo público, outros foram contratados por empresas privadas e alguns seguiram carreira acadêmica, ao ingressarem em cursos de mestrado e doutorado, na própria UENF e também em outras renomadas instituições de ensino superior do país.

O curso passou por uma primeira reestruturação em 2015, na qual incorporou integralmente a orientação da Resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 13 de janeiro de 2014, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências”. Nesse momento o curso está passando por um novo processo de reestruturação para atender às exigências da Resolução nº 7 do mesmo órgão, de 18 de dezembro de 2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 – e dá outras providências” e com vistas à atualização de sua grade curricular, de forma a contemplar mudanças importantes ocorridas no Campo de Públicas, ao longo desse período.

Oportuno informar que o LGPP está se fortalecendo, através da abertura de concursos públicos para a captação de novos docentes para comporem o quadro efetivo de professores do curso de Administração Pública.

3.2. OBJETIVOS, COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES

3.2.1. Objetivo do Curso

Com duração regular de quatro anos, o objetivo geral do curso é formar sólidas competências técnicas para atuarem prioritariamente na administração pública (federal, estadual e municipal), em organizações do terceiro setor e em empresas privadas.

3.2.2. Competências, habilidades e atitudes

Com esse propósito, o curso busca proporcionar formação humanística e crítica aos futuros profissionais e pesquisadores do campo de públicas, tornando-os aptos a atuarem como políticos, administradores ou gestores na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Para tanto buscamos formar profissionais com as seguintes competências, habilidades e atitudes:

- Atuar na área de gestão, seja no setor público, privado ou terceiro setor, a partir da compreensão da conjuntura política e econômica;
- Analisar as inter-relações entre as diversas áreas funcionais das organizações (do setor público, do terceiro setor e das empresas privadas) e identificarem a convergência/divergência dos diferentes objetivos dessas áreas, para a tomada de decisões que venham a contribuir para o aumento da eficiência, eficácia e efetividade;
- Gerenciar crises e solucionar problemas em ambientes complexos;
- Adaptar-se rapidamente às mudanças das organizações;
- Desenvolver e gerenciar programas e projetos no setor público, no terceiro setor e no setor privado;
- Ampliar os níveis de competitividade organizacional;
- Atuar como gestores comprometidos com processos decisórios e com a administração estratégica, seja no setor público, no terceiro setor ou no setor privado;
- Desenvolver novos processos e promoverem o desenvolvimento organizacional;
- Dominar ferramentas técnico-científicas
- Atuar dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos e da responsabilidade social;
- Pesquisar, analisar, interpretar, planejar, implementar, coordenar, monitorar e avaliar ações no campo da administração;
- Trabalhar em equipe;
- Empreender;
- Liderar equipes
- Desenvolver capacidade crítica

3.3. PERFIL PROFISSIONGRÁFICO

O curso de graduação em Administração Pública da UENF incorpora integralmente a orientação da já referida Resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, de 13 de janeiro de 2014, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências” e encontra-se estruturado por um conjunto de disciplinas e atividades voltadas para a formação básica⁴ e profissional⁵ que permitem a capacitação dos egressos para atuarem em organizações públicas, privadas e do terceiro setor, a partir do desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para:

- Administrar/gerenciar mudanças organizacionais complexas;
- Adotar visão estratégica, tática e operacional nas áreas pública e privada, com vistas à melhoria do desempenho das organizações;
- Trabalhar em equipe e, inclusive, ocupar posição de liderança;
- Empreender, inovar e recomendar soluções alternativas e criativas às organizações;
- Planejar, organizar, comandar e controlar com eficiência e eficácia organizações públicas, privadas e do terceiro setor;
- Planejar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas e projetos sociais;
- Analisar as conjunturas socioeconômicas nacionais e internacionais, prever tendências e planejar ações para enfrentar os impactos das oscilações conjunturais sobre o setor público e privado;
- Identificar e analisar problemas, desempenho, projetos, processos e outras situações organizacionais, através dos princípios da investigação científica;
- Desenvolver projetos que proporcionem melhoria de processos e do desempenho organizacional.
- Analisar e desenvolver projetos de gestão financeira;

⁴ Conteúdos de formação básica: I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia; II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação; III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros. (Art. 5º, §1º)

⁵ Conteúdos de formação profissional: devem incluir aqueles sobre governos e políticas públicas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados. (Art. 5º, §2º)

- Desenvolver, avaliar e implementar processos de organização e reorganização administrativa;
- Acompanhar, atualizar e implantar programas e projetos que possibilitem melhores resultados à gestão das organizações;
- Avaliar, desenvolver e implementar programas de planejamento e controle da produção;
- Implantar e projetar programas de organização, sistemas e métodos;
- Utilizar e ampliar o emprego de recursos tecnológicos, humanos e organizacionais, otimizando e melhorando o desempenho organizacional, no nível de eficiência, eficácia e efetividade organizacionais;
- Reconhecer e incentivar a permanente e constante aprendizagem das e nas organizações;
- Incentivar e alavancar a mudança organizacional, utilizando ferramentas de Administração para otimizar os efeitos das mudanças, a fim de identificar e potencializar as oportunidades;
- Viabilizar e promover mudanças que alavanquem o desenvolvimento da sociedade e dos mercados em que atuem;

3.4. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Considerando-se (i) que a UENF tem como missão formar profissionais capazes de inovar e buscar soluções aos desafios da sociedade contemporânea com vistas ao exercício pleno da cidadania; (ii) a inexistência de cursos de graduação em Administração Pública nas Instituições públicas de Ensino Superior das regiões Norte e Noroeste Fluminense e (iii) a falta de administradores públicos nos quadros administrativos dos municípios dessas mesorregiões, a implementação de um curso de Administração Pública na UENF apresentou-se como uma oportunidade ímpar para essa Universidade contribuir para o desenvolvimento regional, através da formação de mão de obra especializada para atuar no setor público, contribuindo, assim, para a maior eficiência, eficácia e efetividade das gestões governamentais na região. Com efeito, o curso de Administração da UENF foi proposto para formar sólidas competências técnicas relacionadas ao processo de gestão e à tomada de decisão no plano organizacional (organizações públicas, privadas e do terceiro setor).

Nesse sentido o curso destina-se à formação de profissionais para atuarem prioritariamente nas áreas de planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas; administração patrimonial; administração financeira e orçamentária; contabilidade pública; gestão de processos; gestão de recursos humanos; gestão e tecnologia da informação; e elaboração e gestão de projetos.

3.5. BASE LEGAL DO CURSO

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Administração está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e com a Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, do Conselho Nacional de Educação, que “institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências” e com a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014”.

Através da homologação da Resolução nº1, de 13 de janeiro de 2014, o Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Superior definem que as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, “compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.” Em seu parágrafo único, o Artigo 1º estabelece que as “diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros”, caracterizando o que ficou convencionalizado chamar-se de “Campo de Públicas”.

Campo de Públicas é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao

encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia. (PIRES et al, 2014, p. 112).

3.5.1. Juramento do Campo de Públicas

Como área própria do conhecimento, reconhecida pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Ensino Superior, o Campo de Públicas tem o seu próprio juramento, aprovado em Assembleia da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) realizada no dia 02 de Dezembro de 2015, na Escola de Administração Fazendária (ESAF) em Brasília-DF, durante o I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (I ENEPCP), o qual deve ser proferido pelos alunos dos cursos ligados ao Campo, nas solenidades de colação de grau.

Juro que, ao assumir qualquer cargo ou função a mim destinado pela sociedade (por meio de seus processos eleitorais ou meritórios de escolha democrática) ou ao empreender ou prestar serviços em entidades do terceiro setor, empregarei toda a minha capacidade e despenderei toda a energia de que disponho para contribuir para o bem-comum, para o atendimento do interesse coletivo e para o fortalecimento das instituições públicas, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável. Juro não esquecer o meu zelo à res publica mesmo quando estiver atuando em atividades mantidas por interesses privados, meus ou de terceiros. Juro, ainda, me opor a todo tipo de ameaça ao bem-estar social, à justiça e ao correto uso dos recursos públicos, mobilizando tudo que estiver ao meu alcance para preservá-los e, assim, auxiliar a minha comunidade e a sociedade a galgarem patamares civilizatórios e de felicidade que não podem atingir a não ser sob bons governos, boas administrações públicas e correta gestão das políticas públicas.

3.6. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

3.6.1. Informações gerais sobre o curso

O Curso de Graduação em Administração da UENF é presencial, diurno (integral), com carga horária total de 3.151 horas e com oferta anual de, no máximo de 40 vagas.

3.6.2. Formas de ingresso:

Há três formas de ingresso no curso, a saber:

- Enem/Sisu;
- Edital de transferência interna e externa;e
- Edital de reingresso para portadores de diploma de curso superior.

3.6.3. Duração do curso:

De acordo com a Resolução CNE/CES Nº 2/2007 e com Normas da Graduação da UENF (2019), o tempo mínimo para integralização do curso de Graduação em Administração Pública é de 04 anos (oito semestres letivos) e o tempo máximo é de 07 anos (quatorze semestres letivos).

O discente terá direito a solicitar o encurtamento da duração do curso, em conformidade com Normas da Graduação em vigor.

3.7. REGIME ACADÊMICO:

A matrícula é por créditos em disciplinas, respeitando-se os co-requisitos e os pré-requisitos estabelecidos.

3.7.1. Regime de matrícula:

Semestral, devendo os discentes se matricular nas disciplinas da matriz curricular que estiverem sendo ofertadas no respectivo semestre letivo, respeitando-se os pré-requisitos e os critérios de aprovação.

Alunos do 1º período: Inscritos, pelo coordenador do curso, em todas as disciplinas do primeiro período letivo, da matriz curricular.

Alunos do 2º ao 8º períodos: Devem realizar suas próprias inscrições semestralmente nas disciplinas, respeitando-se os co-requisitos e os pré-requisitos estabelecidos.

Alunos ingressantes via edital de transferência interna/externa ou de reingresso: Devem realizar suas próprias inscrições nas disciplinas, respeitando-se os co-requisitos e os pré-requisitos estabelecidos. Porém é recomendável consultar a

coordenação para a elaboração do primeiro plano de estudos, devido à possibilidade de aproveitamento de créditos e isenção de disciplinas.

3.7.2. Carga horária total:

A carga horária total do Curso de Administração é de 3.151 horas, a serem integralizadas da seguinte forma:

- 2.244 horas-aula em disciplinas obrigatórias;
- 136 horas-aula em disciplinas optativas
- 68 horas-aula em elaboração de Monografia
- 48 horas-aula em Atividades Curriculares Complementares
- 40 horas-aula em Atividades de Imersão
- 300 horas-aula em Estágio Supervisionado
- 315 horas-aula em Atividades de Extensão

3.8. EIXOS DE FORMAÇÃO

O curso de Graduação em Administração Pública da UENF está fundamentado nos princípios da “formação baseada por competências”, também incorporado na Resolução nº1/2014, do Campo de Públicas. Nesse sentido, o curso é interdisciplinar e transdisciplinar, contemplando os seguintes eixos de formação:

1. **Conteúdos de formação básica:** neste eixo se articulam conteúdos de Matemática, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, Filosofia e Psicologia.
2. **Conteúdos de formação profissional:** neste eixo se articulam conteúdos de Administração pública e privada, políticas públicas e planejamento estratégico.
3. **Conteúdos de formação interdisciplinar:** Neste eixo se articulam conteúdos de metodologia científica, história econômica e da administração pública brasileira, assim como conteúdos relacionados:
 - À capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação (incluindo a disciplina de Libras, em atendimento ao Decreto 5.626/2005);
 - À educação ambiental (em atendimento à Lei 9.795/1999 e ao Decreto 4.281/2002);
 - Às relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena (em atendimento à Lei 9.394/1996, com redação dada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e à Resolução CNE/CP 1/2004, fundamentada no Parecer CNP/CP 3/2004;
 - Direitos Humanos (conforme Parecer CNE/CP 8/2012, originário da Resolução CNE/CP 1/2012).

Os conteúdos de formação básica e de formação profissional serão abordados em disciplinas obrigatórias, já contempladas na Grade Curricular do curso. Os conteúdos de formação interdisciplinar serão trabalhados de forma transversal, principalmente nas disciplinas de Sociologia, psicologia, Filosofia, Pensamento Social e Político Brasileiro, Direito Constitucional e Direito Administrativo, e também através de disciplinas optativas, já inclusas no Ementário do curso.

3.9. ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Além das tradicionais metodologias de ensino, pesquisa e extensão, fazem parte das estratégias didático-pedagógicas do curso de Administração Pública da UENF a realização de Atividades Curriculares Complementares (ACC), Atividades Curriculares de Imersão (ACI) e Atividades Curriculares de Extensão (ACE). Além disso nossos alunos são estimulados a participarem do Programa de Iniciação Científica e de atividades desenvolvidas no âmbito da Gestão Ativa (Empresa Júnior do CCH) e da Incubadora de empresas.

Visando a formação integral, os alunos do curso são estimulados a participarem dos movimentos estudantis universitários (Centro Acadêmico do curso, dentre outros), e a ocuparem as vagas destinadas à representação estudantil nos distintos órgãos Colegiados institucionais.

Através deste conjunto de métodos didático-pedagógicos concretiza-se a formação baseada por competências, a qual extrapola a formação teórico-conceitual e abrange o “saber fazer” e a formação voltada para a cidadania.

3.10. CRITÉRIOS PARA INTEGRALIZAÇÃO:

Para a integralização do curso o aluno deverá:

1. Obter aprovação em 35 disciplinas (obrigatórias e optativas), perfazendo um total de 136 créditos;
2. Obter aprovação em Monografia; perfazendo um total de quatro créditos;

3. Integralizar, conforme regulamentações específicas e mediante apresentação de certificados:

a. 48 horas de Atividades Curriculares Complementares

b. 40 horas em Atividades Curriculares de Imersão

c. 315 horas de Atividades Curriculares de Extensão

d. 300 horas de estágio supervisionado

4. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A matriz do curricular do curso de Graduação em Administração Pública da UENF é constituída por dois componentes curriculares: Disciplinas e Atividades Curriculares.

4.1. DISCIPLINAS

4.1.1. Disciplinas obrigatórias

São de conteúdo imprescindível para a formação do aluno, na área específica do curso. Na matriz curricular do curso, são 33 disciplinas obrigatórias, totalizando 2.176 horas-aula.

4.1.2. Disciplinas optativas

Compõe a matriz curricular do curso e abordam conteúdos que permitem aprofundamento do conhecimento em áreas específicas, de acordo com o interesse do aluno. Na matriz curricular do curso, são 02 disciplinas deste grupo, totalizando 136 horas-aula, sendo esta a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente, neste componente curricular, para integralização do curso, podendo o mesmo cursar carga horária superior ao mínimo definido.

4.1.3. Disciplinas eletivas:

São disciplinas que não necessariamente apresentam relação direta com a área de conhecimento do curso de graduação em questão. De acordo com as normas da Graduação em vigor, disciplinas eletivas não compõem a estrutura curricular do curso para efeitos de integralização do mesmo e, por este motivo, não constam na grade curricular deste PPC. O aluno do curso de Administração Pública da UENF pode cursar um até 05 eletivas, obedecendo aos critérios estabelecidos normas de Graduação em vigor.

4.2. ATIVIDADES CURRICULARES

As Atividades Curriculares do curso de graduação em Administração Pública da UENF são de 05 modalidades, a saber: Atividades Curriculares Complementares, Atividades Curriculares de Imersão, Atividades Curriculares de Extensão, Estágio Supervisionado e Monografia.

4.2.1. Atividades Curriculares Complementares (ACC)

As Atividades Complementares são componentes curriculares enriquecedores constituídos por tarefas extracurriculares — desenvolvidas na própria Instituição de Ensino ou fora dela — que possibilitem o desenvolvimento de habilidades, conhecimento e competências do aluno, na área específica de formação, assim como em áreas afins ao curso. Estas atividades — que incluem práticas de estudos e atividades independentes — têm como objetivo propiciar ao aluno experiências extraclasse e enriquecer a sua formação, através da interdisciplinaridade. Na matriz curricular do curso, as atividades complementares perfazem uma carga horária total de 48 horas.

4.2.2. Atividades Curriculares de Imersão (ACI)

Na matriz curricular do curso de graduação da UENF estão reservadas 40 horas para as Atividades de Imersão, um grupo específico de Atividades Complementares, restritas à área específica do curso (núcleo duro), com o objetivo de aprofundar o conhecimento teórico-conceitual e as habilidades do aluno. Estas atividades devem ser realizadas na própria Instituição de Ensino, seja através de participação na Semana Acadêmica e/ou em minicursos ofertados pela coordenação e/ou em parceria com a mesma.

Semana Acadêmica: semana constituída por atividades organizadas pelos e para os alunos, com o apoio da coordenação do curso. Trata-se de uma oportunidade para o aprofundamento teórico-conceitual acerca de um determinado tema, escolhido pelo corpo discente e em torno do qual acontecem os debates, minicursos, visitas técnicas, dentre outras atividades.

A Semana Acadêmica é uma atividade que acontece sempre no segundo semestre do ano letivo, mas deve ser estrategicamente planejada desde o primeiro semestre. Doravante os alunos do 3º e 4º períodos (trata-se exatamente da mesma turma, dado que a entrada no curso é anual) ficam responsáveis pela concepção, organização e implementação da Semana Acadêmica do ano corrente.

Mini-curso: Curso com menos de 20 horas de duração, ofertados pela coordenação do curso e/ou por outra organização desde que em parceria com a coordenação do curso de graduação em Administração Pública. Para efeitos de contabilização de carga horária, serão excluídos os minicursos frequentados pelo aluno, durante as semanas acadêmicas, pois esta carga horária já está contemplada no certificado de participação da mesma.

Cursos: Cursos de no mínimo 20 horas de duração, ofertados pela coordenação do curso e/ou por outra organização desde que em parceria com a coordenação do curso de graduação em Administração Pública. Para efeitos de contabilização de carga horária, serão excluídos os minicursos frequentados pelo aluno, durante as semanas acadêmicas, pois esta carga horária já está contemplada no certificado de participação da mesma.

4.2.3. Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

De acordo com a Resolução nº 7/2018, que estabelece as “Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (...) e dá outras providências”, a extensão universitária constitui-se

(...) em processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Nesse sentido, são consideradas atividades de extensão todas as atividades desenvolvidas pela universidade, capazes de integrar a comunidade na qual está inserida e que possibilitem a troca de conhecimento entre a comunidade científica e não-científica. Através da extensão Universitária os alunos têm a oportunidade de

colocarem em prática muito do conhecimento teórico adquirido nas salas de aula, assim como a oportunidade de ter contato com outros saberes, ressaltando-se que o contato direto com realidade sociais distintas possibilitam, ainda, a socialização e a formação da cidadania.

Seguindo a Resolução nº7/2018, que estabelece uma carga horária obrigatória mínima correspondente a 10% da carga horária curricular total dos cursos de graduação para as atividades de extensão, e considerando a carga horária (de 3.151 horas) do curso de graduação da UENF, na matriz curricular, as atividades de extensão universitária perfazem uma carga horária total de 315 horas.

4.2.4. Estágio Supervisionado:

De acordo com o Currículo Mínimo do Curso de Graduação em Administração aprovado pelo Decreto de 06.09.94, da Presidência da República, publicado no DOU de 08.09.94, os acadêmicos do Curso de Administração deverão realizar 300 horas de estágio supervisionado obrigatório, em uma ou mais instituições.

O estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Administração tem como objetivos:

- I. Proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- II. Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- III. Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade;
- IV. Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;

- V. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- VI. Promover a integração Escola-Empresa-Comunidade;

4.2.5. Monografia

No curso de graduação em Administração Pública da UENF, dentre as várias modalidades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), foi adotada a Monografia: trabalho dissertativo no qual o aluno apresenta resultados de pesquisa sobre um tema específico, sem a exigência referente à originalidade. A norma ABNT NBR 6023:2018 define monografia como sendo "item não seriado, isto é, item completo, constituído de uma só parte, ou que se pretende completar em um número preestabelecido de partes separadas. Na matriz curricular do curso, as atividades complementares perfazem uma carga horária total de 68 horas (4 créditos).

4.3. QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES

DISCIPLINAS			
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS		CH	CR
LGP04001	Teoria Geral da Administração	68	4
LCL04101	Filosofia	68	4
LGP04022	Sociologia	68	4
LGP04030	Política I	68	4
LGP14006	Matemática	68	4
LGP04024	Administração Pública	68	4
LGP14012	Microeconomia	68	4
LGP04029	Metodologia do Trabalho Científico	68	4
LGP04023	Sociologia das Organizações	68	4
LGP04008	Direito Constitucional	68	4
LGP04003	Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	68	4
LGP04006	Macroeconomia	68	4
LGP04012	Direito Administrativo	68	4
LGP04013	Contabilidade e Análise de Balanços	68	4
LES-4205	Política II	68	4
LGP04033	Gestão de Pessoas	68	4
LGP04025	Finanças Públicas	68	4
LGP04010	Pensamento Social e Político Brasileiro	68	4
LGP04016	Contabilidade Pública e Orçamentária	68	4
LGP04031	Métodos Quantitativos I	68	4
LGP04026	Administração Estratégica	68	4
LGP04009	Economia Brasileira	68	4
LGP04018	Direito Tributário	68	4
LGP04021	Políticas Públicas	68	4
LGP04032	Métodos Quantitativos II	68	4
LGP04028	Planejamento Estratégico Governamental	68	4
LCL04202	Psicologia	68	4
LGP04002	Métodos Qualitativos	68	4
LGP04015	Gestão de Políticas Públicas	68	4
LGP04011	Comunicação e Marketing	68	4
LGP04027	Elaboração e Gestão de Projetos	68	4
LGP04017	Matemática Financeira	68	4
LGP04020	Administração Financeira e Orçamentária	68	4
TOTAL (Disciplinas Obrigatórias)		2.24	13
		4	2

Continuação do quadro dos componentes curriculares

DISCIPLINAS OPTATIVAS		CH	CR
	Tópicos Especiais I	68	4
	Tópicos Especiais II	68	4
TOTAL (Disciplinas Optativas)		136	8
TOTAL DISCIPLINAS		2.380	140
ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES			
ADM04002	Monografia	68	4
ADM04004	Atividades complementares	48	-
ADM04005	Atividades de Imersão	40	-
ADM04006	Atividades de Extensão	315	-
ADM04003	Estágio Supervisionado	300	-
TOTAL (Atividades Acadêmicas)		771	4
TOTAL DO CURSO		3151	144

4.4. MATRIZ CURRICULAR POR PERÍODO LETIVO

1º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina	CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito	
LGP04001	Teoria Geral da Administração	68	4	Obrigatória	-
LCL04101	Filosofia	68	4	Obrigatória	-
LGP04022	Sociologia	68	4	Obrigatória	-
LGP04030	Política I	68	4	Obrigatória	-
LGP14006	Matemática	68	4	Obrigatória	-

2º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina	CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito	
LGP04024	Administração Pública	68	4	Obrigatória	LGP04001
LGP14012	Microeconomia	68	4	Obrigatória	LGP14006
LGP04029	Metodologia do Trabalho Científico	68	4	Obrigatória	-
LGP04023	Sociologia das Organizações	68	4	Obrigatória	LGP04022
LGP04008	Direito Constitucional	68	4	Obrigatória	-

3º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina	CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito	
LGP04003	Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais	68	4	Obrigatória	LGP04001
LGP04006	Macroeconomia	68	4	Obrigatória	LGP14006
LGP04012	Direito Administrativo	68	4	Obrigatória	-
LGP04013	Contabilidade e Análise de Balanços	68	4	Obrigatória	-
LES-4205	Política II	68	4	Obrigatória	LGP04030

4º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina	CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito	
LGP04033	Gestão de Pessoas	68	4	Obrigatória	LGP04001
LGP04025	Finanças Públicas	68	4	Obrigatória	LGP04006
LGP04010	Pensamento Social e Político Brasileiro	68	4	Obrigatória	LGP04022
LGP04016	Contabilidade Pública e Orçamentária	68	4	Obrigatória	LGP04024; LGP04013
LGP04031	Métodos Quantitativos I	68	4	Obrigatória	LGP14006

5º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina	CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito	
LGP04026	Administração Estratégica	68	4	Obrigatória	LGP04024
LGP04009	Economia Brasileira	68	4	Obrigatória	LGP04006
LGP04018	Direito Tributário	68	4	Obrigatória	-
LGP04021	Políticas Públicas	68	4	Obrigatória	LGP04016
LGP04032	Métodos Quantitativos II	68	4	Obrigatória	LGP04031

6º Período – 340 horas/20 créditos

Disciplina		CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito
LGP04028	Planejamento Estratégico Governamental	68	4	Obrigatória	LGP04024
LCL04202	Psicologia	68	4	Obrigatória	-
LGP04002	Metodologia Qualitativa aplicada à gestão pública	68	4	Obrigatória	-
LGP04015	Gestão de Políticas Públicas	68	4	Obrigatória	LGP04021
LGP04011	Comunicação e Marketing	68	4	Obrigatória	-

7º Período – 320 horas/16 créditos

Disciplina		CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito
LGP04027	Elaboração e Gestão de Projetos	34	2	Obrigatória	LGP04024
LGP04017	Matemática Financeira	34	2	Obrigatória	-
LGP04020	Administração Financeira e Orçamentária	68	4	Obrigatória	LGP04024
	Tópicos Especiais I	68	4	Optativa	-

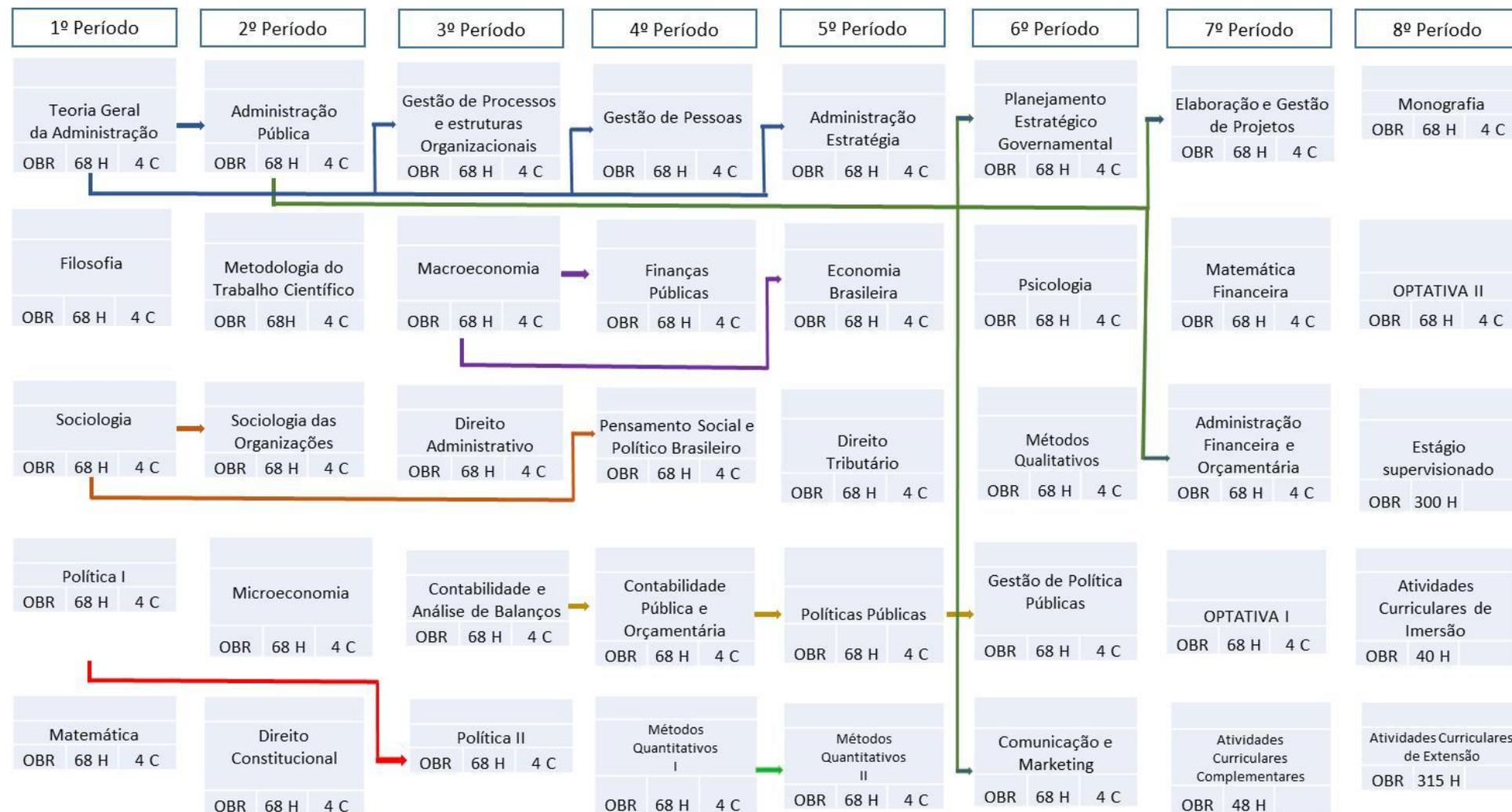
8º Período – 791 horas/8 créditos

Disciplina		CH	Créditos	Natureza	Pré-requisito
ADM04002	Monografia	68	4	Obrigatória	LGP04029; LGP04031; LGP04032; LGP04002
	Tópicos Especiais II	68	4	Optativa	-
ADM04005	Atividades Curriculares de Imersão	40	-	Obrigatória	
ADM04006	Atividades Curriculares de Extensão	315	-	Obrigatória	
ADM04003	Estágio Supervisionado (obrigatório)	300	-	Obrigatória	50% da CH das disciplinas.

A distribuição dos componentes curriculares nos períodos letivos é uma proposta, cabendo ao aluno, a cada semestre, realizar a matrícula nos componentes curriculares de seu interesse, respeitando-se os co-requisitos e os pré-requisitos estabelecidos e os regulamentos do curso.

No caso das Atividades Curriculares Complementares, das Atividades Curriculares de Extensão e das Atividades Curriculares de Imersão, a orientação é para que o aluno se inscreva somente quando já as tiver concluído ou na iminência de concluí-las.

4.5. FLUXOGRAMA DAS DISCIPLINAS



5. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

5.1. Disciplinas obrigatórias e optativas

No caso das disciplinas obrigatórias e optativas, prevalecem os critérios para aproveitamento de créditos estabelecidos nas Normas de Graduação em vigência.

O discente do curso de graduação em Administração Pública, da UENF, tem o direito de requerer o aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas com aprovação na UENF e/ou em outras Instituições de Ensino superior – nacionais ou internacionais - reconhecidas ou autorizadas pelos órgãos competentes. Os critérios para aproveitamento de estudos estão estabelecidos nas Normas de Graduação da UENF, em vigor.

5.2. Atividades Curriculares Acadêmicas Complementares

Como não há pré-requisitos, o aluno pode iniciar as AAC desde o primeiro período do curso. É desejável que durante toda a sua trajetória acadêmica o aluno diversifique sua formação, considerando o amplo espectro de componentes curriculares.

No curso de graduação da Administração Pública são consideradas são consideradas Atividades Acadêmicas Complementares: cursos e minicursos extracurriculares ligados ou não à área de formação; monitoria acadêmica; iniciação científica (com ou sem bolsa); participação em eventos científicos (jornadas, seminários e congressos nacionais ou internacionais), participação em cine-debates, publicações científicas (capítulo de livro, resumos expandidos, resenhas, artigos e capítulos de livro); e publicação em veículos de comunicação de massa (jornais, revistas comerciais e boletins).

Para integralização das 48 horas relativas a esse componente curricular, o aluno deve entregar à coordenação/secretaria de curso os comprovantes de todas as AAC que porventura tenha realizado ao longo do curso, os quais serão avaliados (deferidos ou indeferidos) pela coordenação e/ou pelo colegiado do curso. Uma vez

deferidos, serão calculadas as horas de cada atividade, de acordo com os critérios explicitados na Tabela: Critérios para contabilização das horas de AAC.

5.2.1. Critérios para contabilização das horas de AAC:

Atividade Acadêmica Complementar	Horas (por participação)	Limite	Documento comprobatório
Cursos extracurriculares (de interesse da área de formação) com no mínimo 20 horas de duração	5 horas por curso	20h	Atestado, certificado, ou declaração emitida e assinada pelo responsável pela organização do curso.
Minicursos (de interesse da área de formação) com menos de 20 horas de duração	2 horas por curso	10h	Atestado, certificado, ou declaração emitido e assinado pelo responsável pela organização do curso.
Monitorias acadêmicas	10 horas por monitoria, por semestre	20h	Termo de outorga assinado e relatório de atividades, com aprovação do supervisor.
Estágio Visita	Tempo de duração do estágio visita	20h	Atestado, certificado, ou declaração emitida pelo responsável pela organização do curso ou pela Instituição anfitriã.
Participação em Projeto de Iniciação Científica como bolsista (remunerado ou sem remuneração) aprovado em edital do PIBIC.	10 horas por semestre	20h	Termo de outorga assinado e relatório de IC, com aprovação do professor orientador.
Visita técnica	Tempo de duração da visita técnica	15h	Atestado, certificado, ou declaração emitida pelo responsável pela organização do curso ou pela Instituição anfitriã.
Participação, como expositor de trabalho, em congressos e seminários da área.	2 horas por exposição	10h	Certificado de apresentação de trabalho emitido e assinado pelo responsável pela organização do evento
Participação, como ouvinte, em congressos e seminários da área.	4 horas por evento	20h	Certificado de participação emitido e assinado pelo responsável pela organização do evento.
Participação em Cine-Debate	2 horas por evento	10h	Certificado de participação emitido e assinado pelo responsável pela organização do evento.

Participação, como ouvinte, em defesas de monografias, dissertações e teses.	2 horas por evento	10h	Certificado de participação emitido e assinado pelo responsável pelo Presidente da Banca ou pela coordenação do curso.
Participação como moderador de mesa de evento científico (seminários, congressos, fóruns)	2 horas por evento	4h	Certificado de moderador/coordenador de mesa emitido e assinado pelo responsável pela organização do evento.
Representação estudantil (conselhos universitários, colegiado de curso, centros acadêmicos, representante de turma, dentre outros)	4 horas por semestre	12h	Atestado, certificado, ou declaração emitida e assinada pelo presidente do conselho.
Participação, como ouvinte, em palestras.	2 horas por evento	12	Atestado, certificado, ou declaração emitida e assinada pelo responsável pela organização do evento.
Publicação de capítulo de livro em co-autoria com professor orientador	10 horas por capítulo	20 horas	Cópia da capa, contracapa e sumário do livro e da página inicial do artigo, com nome explícito dos autores.
Publicação de resumo expandido em co-autoria com professor orientador, em anais de evento científico	5 horas por resumo	15 horas	Cópia da capa, contracapa e sumário dos anais e da página inicial do resumo expandido, com nome explícito dos autores.
Publicação de resenhas em Periódicos	5 horas por resenha	15	Cópia da capa, contracapa e sumário do periódico e da página inicial da resenha, com nome explícito do autor.
Publicação de artigo completo em co-autoria com professor orientador, em anais de evento científico	10 horas por artigo	30	Cópia da capa, contracapa e sumário dos anais e da página inicial do artigo, com nome explícito dos autores.
Publicação de artigo em periódicos em co-autoria com professor orientador.	20 horas por artigo	40	Cópia da capa, contracapa e sumário do periódico e da página inicial do artigo, com nome explícito dos autores.

5.3. Atividades Curriculares de Imersão

No curso de graduação em Administração Pública da UENF são consideradas Atividades de Imersão: participação na Semana Acadêmica do curso (SEACAP) e em cursos ou minicursos que guardem estreita relação com conteúdos do Campo de Públicas, desde que ofertados pela (ou em parceria com a) coordenação do curso.

Para integralização das 40 horas relativas a este componente curricular, o aluno deve entregar à coordenação/secretaria de curso os comprovantes de todas as Atividades de Imersão que porventura tenha realizado ao longo do curso, os quais serão avaliados (deferidos ou indeferidos) pela coordenação e/ou pelo colegiado do curso. Uma vez deferidos os comprovantes, serão calculadas as horas de cada atividade, de acordo com os critérios explicitados na Tabela: Critérios para contabilização das horas de ACI (item 7.4.1).

5.3.1. Critérios para contabilização das horas de AEU:

Atividade de Imersão	Carga horária	Limite
Semana Acadêmica	10	40
Cursos ou Minicursos ofertados pela (ou em parceria com a) coordenação do curso	5	10

5.4. Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Como não há pré-requisitos, o aluno pode iniciar as Atividades de Extensão já no primeiro período do curso. É desejável que durante toda a sua trajetória acadêmica o aluno diversifique sua formação, considerando o amplo espectro de componentes curriculares.

Conforme a Resolução COLAC/UENF 20/2022, o curso de Administração Pública admite as seguintes modalidades de ações de extensão: Tipo 1: Projetos e programas; Tipo 2: Cursos e eventos; Tipo 3: Prestação de Serviço; e Tipo 4: Disciplinas com atividades extensionistas.

Para integralização das 315 horas relativas a esse componente curricular, o aluno deve entregar à coordenação/secretaria de curso os comprovantes de todas as Atividades Curriculares de Extensão (ACE) que porventura tenha realizado ao longo do curso, os quais serão avaliados (deferidos ou indeferidos) pela coordenação e/ou pelo colegiado do curso. Uma vez deferidos, serão calculadas as horas de cada atividade, de acordo com os critérios explicitados na Tabela Critérios para contabilização das horas de AEU.

5.4.1. Critérios para contabilização das horas das ACEs:

Tipo de ACE	Atividade de Extensão Universitária	Carga horária	Limite	Documento comprobatório
Tipo 1: Projetos e Programas	Participação em atividades de extensão ligadas a projetos ou programas de extensão integrados à matriz curricular do curso, como bolsista de extensão ou voluntário aprovados em editais PROEX	100 horas por semestre	200 horas	Termo de outorga e relatório de atividades com ciência e aprovação do coordenador do projeto
	Participação em atividades de extensão ligadas a projetos isolados ou sob demanda cadastradas na PROEX.	25 horas por projeto	100 horas	Atestado, certificado ou declaração emitida pelo responsável pela organização do projeto
Tipo 2: Cursos e Eventos	Participação na organização de cursos de formação ou atualização de público-alvo específico no formato presencial ou remoto.	25 horas por evento organizado	100 horas	Atestado, certificado, ou declaração emitido pelo responsável pela organização do curso.
	Participação na organização de eventos (palestras, encontros, exposições, jornadas, seminários, simpósios, workshops, mostras, e congressos) para a formação ou atualização de público alvo específico no formato presencial ou remoto.	20 horas por dia de duração do evento	80 horas	Atestado, certificado, ou declaração emitido pelo responsável pela organização do curso.
	Eventos diversos para a popularização da ciência em espaços não formais de ensino (feiras de ciências, debates científicos, etc.)	20 horas por dia de duração do evento	80 horas	Atestado, certificado, ou declaração emitida pelo responsável pela organização do evento.

	Participação em comissão organizadora de campanhas ou programas sociais	5 horas por dia de evento	20 horas	Declaração emitido pelo órgão responsável pelo evento atestando a participação na organização
	Coordenador de equipe de trabalho para a organização da semana acadêmica	10 horas por dia de evento	40 horas	Declaração emitida pela PROEX ou pelo coordenador do curso
	Membro de equipe de trabalho para a organização da semana acadêmica	5 horas de trabalho por dia de evento	20 horas	Declaração emitida pelo coordenador do curso
	Programas de internato	100 horas por semestre	200 horas	Declaração emitida pelo órgão no qual foi realizado o programa de internato.
Tipo 3: Prestação de Serviços	Capacitação supervisionada em eventos para profissionais da rede pública.	20 horas por aula	80 horas	Declaração de participação emitida pelo docente responsável pela atividade
	Assessoria ou consultoria em atividades ou serviços para públicos-alvo específicos	10 horas por atividade	40 horas	Declaração de participação emitida pelo docente responsável pela atividade
	Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia.	10 horas por atividade	40 horas	Declaração de participação emitida pelo docente ou setor responsável pela atividade
	Participação em organização e/ou redação de jornal ou informativo sociocultural, científico-tecnológico do curso ou da UENF, podcast, vídeos, livesetc.	5 horas para cada edição	50 horas	Edições do jornal ou informativo contendo explicitamente o nome do aluno na equipe organizadora ou redatora.
Tipo 4*: Disciplinas com atividades extensionistas	Disciplina com atividades de extensão	Carga horária de extensão discriminada na disciplina	150 horas	Ata de Resultado da disciplina

(*) As disciplinas obrigatórias e optativas da Administração Pública têm 68, exclusive quaisquer atividades de extensão. Caso o docente queira incorporar carga horária para atividades extensionistas, a disciplina será cadastrada com sua carga horária original e será aberta, à parte, uma Atividade Curricular de Extensão, com a inclusão de todos os alunos e sob a coordenação do professor da disciplina de origem.

Para efeitos de aproveitamento da disciplina, seguem as normas da Graduação vigentes. O aproveitamento das horas de extensão de uma disciplina fica condicionado à aprovação do aluno na mesma e será concedido mediante declaração emitida e assinada pelo professor coordenador da disciplina.

Para incorporação de carga horária das atividades extensionistas, o docente deverá entregar à coordenação do curso um projeto para o desenvolvimento das mesmas e este deve ser aprovado pelo colegiado do curso.

5.5. Monografia:

A monografia deve ser elaborada sob a forma de trabalho individual, cujo tema deve guardar relação com conteúdos das disciplinas (obrigatórias e optativas) do curso.

Todo aluno matriculado em Monografia deve ter um professor orientador, o qual pode ser escolhido pelo aluno, indicado pela coordenação ou pelo colegiado do curso.

O orientador deve ser um docente da própria Instituição, **preferencialmente** do quadro permanente de professores do curso de Graduação em Administração Pública, podendo ser admitidos professores do quadro permanente da Instituição que atuem em áreas afins à pesquisa de monografia desenvolvida pelo aluno.

Para formalizar a orientação, o aluno deve entregar à secretaria do curso, até 15 dias após o início do período letivo, uma Carta de Aceite da orientação, devidamente assinada pelo professor orientador. Na ausência deste documento, a coordenação e/ou colegiado indicarão um professor para assumir a orientação.

Havendo consenso entre orientador e orientando, é permitido ao aluno ter um professor co-orientador de monografia. Nesse caso, cabe ao orientador definir a co-orientação e realizar o convite. O co-orientador deve possuir, no mínimo, titulação de mestre em área afim ao tema da monografia.

O orientador deve encaminhar uma carta à coordenação do curso, comunicando e oficializando a co-orientação. Esta carta deve ser assinada pelo orientador, pelo co-orientador e pelo aluno.

A monografia deve ser apresentada a uma banca examinadora constituída pelo professor orientador e, no mínimo, dois professores convidados. Dentre os professores convidados, pelo menos um deve pertencer ao corpo docente do curso de Graduação em Administração Pública, podendo o terceiro membro ser um professor da casa e/ou de outra Instituição de Ensino Superior, desde que tenha pelo menos título de Mestre. Se houver co-orientador, este poderá participar da banca, mas sem a prerrogativa da avaliação.

A banca examinadora é pública e, portanto, deve ser amplamente divulgada na Instituição, principalmente entre docentes e discentes do curso de Graduação em Administração Pública.

A banca examinadora deve ocorrer, prioritariamente, de forma presencial. Havendo convidado externo impossibilitado de comparecer presencialmente ou havendo quaisquer medidas de segurança sanitária, as bancas poderão ocorrer em ambiente virtual ou híbrido.

A apresentação da monografia inclui apresentação do trabalho, por parte do aluno, e arguição, por parte dos professores. Após a apresentação, a banca se reunirá para deliberar sobre o resultado final, a ser divulgado publicamente ao discente. Os critérios de aprovação em Monografia seguem os critérios para aprovação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), estabelecidos nas Normas de Graduação em vigor. A integralização deste componente curricular se dá mediante a entrega da versão final, também segundo os critérios estabelecidos nas normas de Graduação, em vigor.

5.6. Estágio Supervisionado

As atividades de Estágio poderão ser realizadas na própria UENF, em instituições públicas ou privadas, bem como em instituição da sociedade civil organizada, seguindo as normas relativas ao estágio obrigatório, constante nas Normas de Graduação vigentes. O discente não poderá, em hipótese alguma, estagiar em empresa própria e, nem tampouco ser seu próprio supervisor no estágio.

Para a realização do Estágio Supervisionado Obrigatório, o aluno deverá estar regularmente matriculada no curso de Administração da UENF e ter concluído, no mínimo, 50% da carga horária das disciplinas (obrigatórias e optativas) do curso.

As diversas etapas que compõem o cronograma de estágio serão acompanhadas e avaliadas exclusivamente pelo Professor Supervisor de Estágio, responsável por anotar as instruções, recomendações e observações gerais sobre o desempenho do aluno, no formulário de avaliação do estágio.

Ao final do estágio o aluno deverá entregar ao professor supervisor um relatório final, de acordo com modelo aprovado pelo colegiado do curso. Cabe ao professor supervisor avaliar o relatório e encaminhar o resultado para a coordenação do curso, para lançamento no sistema acadêmico.

O aluno obterá a carga horária referente ao(s) estágio(s) mediante entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) dos mesmos e a aprovação do relatório do estágio, pelo professor supervisor.

Além do estágio obrigatório o aluno poderá realizar, a título de Atividades Complementares, estágios não obrigatórios, desde que tenha cumprido no mínimo 25% da carga horária das disciplinas (obrigatórias e optativas). Nesse caso, para cômputo das horas o aluno deve apresentar o termo de compromisso de estágio, devidamente assinado. O termo deve informar carga horária (semanal ou total).

6. EMENTÁRIO

O ementário é um complemento deste Projeto Pedagógico e encontra-se disponibilizado no Anexo I. Isso porque o conteúdo deste projeto, no que diz respeito às características do curso e grade curricular só poderão ser alterados mediante aprovação do colegiado do curso, da câmara de graduação e dos órgãos colegiados institucionais que se fizerem necessários (os órgãos colegiados envolvidos no processo estão diretamente relacionados com o grau de modificações realizadas no PPC do curso).

Já o ementário pode e deve ser atualizado com frequência, seja por iniciativa do coordenador e/ou do Núcleo Docente Estrurante e/ou do Colegiado do curso, seja por iniciativa do próprio professor/coordenador das disciplinas.

Ressalta-se que a atualização do ementário envolve: alteração de ementa, propriamente dita; atualização das referências bibliográficas básicas e complementares; e atualização do quadro de disciplinas optativas oferecidas.

7. PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso de Administração da UENF é composto por professores altamente qualificados, sendo constituído de doutores. O perfil do corpo docente que compõe o curso define-se, ainda, pela expressiva experiência profissional requerida, compatível com habilidades e competências necessárias à formação do Administrador e, sobretudo, pela sólida experiência acadêmica em Instituições de Ensino Superior de reconhecido mérito.

7.1. CORPO DOCENTE

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Titulação: Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Educação pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF), graduado em Sistemas de Informação (CESJF), em Direito (ASOEC) e graduado em Licenciatura em Pedagogia (UNISA).

Experiência acadêmica e profissional: professor e pesquisador da UENF desde 2017. Docente no ensino superior e pesquisador desde 1998.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5410403216989073>

Denise Cunha Tavares Terra

Titulação: Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Ciência Política (IUPERJ) e graduada em Ciências Econômicas (UCAM/CAMPOS).

Experiência acadêmica e profissional: Professora e pesquisadora da UENF desde 2011. Docente no ensino superior e pesquisadora desde 1986.

Vínculo Institucional: Professora associada

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0576326913687168>

Edson Terra Azevedo Filho

Titulação: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), mestre em Engenharia de Produção (UENF) e graduado em Administração (UFF).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF, desde 2016. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2008.

Vínculo Institucional: Professor Associado

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7666677740215248>

Gerson Tavares do Carmo

Titulação: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), mestre em Cognição e Linguagem (UENF) e graduado em Administração Pública (FGV).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2011. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2008.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4481445586961991>

Hamilton Garcia de Lima

Titulação: Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), graduado em Sociologia e Política pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2008. Docente no ensino superior e pesquisador desde 1999.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5776672366675812>

Hugo Alberto Borsani Cardozo

Titulação: Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em Ciência Política (IUPERJ) e graduado em Sociologia pela Universidade de La República (Uruguai).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2002. Docente no ensino superior e pesquisador desde 1990.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3420231631423925>

Joseane de Souza

Titulação: Doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Demografia (UFMG) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Experiência acadêmica e profissional: Professora e pesquisadora da UENF desde 2012. Docente no ensino superior e pesquisadora desde 2000.

Vínculo Institucional: Professora associada.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1923163711990264>

Lacir Jorge Soares

Titulação: Doutor em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Engenharia Elétrica (PUC) e graduado (bacharel) em Ciências Estatísticas pelo Instituto de Matemática e Estatísticas (IME).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2007. Docente no ensino superior e pesquisador desde 1996.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7314560006490742>

Leonardo Rogério Miguel

Titulação: Doutor em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Filosofia (UERJ) e graduado em Filosofia (UERJ).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2013. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2013.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0181042082872438>

Luciane Soares da Silva

Titulação: Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Sociologia (UFRGS) e graduada em Ciências Sociais (UFRGS).

Experiência acadêmica e profissional: Professora e pesquisadora da UENF desde 2015. Docente no ensino superior e pesquisadora desde 2003.

Vínculo Institucional: Professora associada.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6216116041761426>

Mauro Macedo Campos

Titulação: Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Ciências Sociais: Gestão de Cidades (UFMG) e graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva.

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF, desde 2010. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2005.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9868180374193429>

Nilo Lima de Azevedo

Titulação: Doutor em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduado em Direito pela Universidade Candido Mendes (UCAM).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF, desde 2014. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2006.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8653582069551294>

Roberto Dutra Torres Júnior

Titulação: Doutor em Sociologia pela Humboldt-Universität Zu Berlin (HUB), mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e graduado em Ciências Sociais (UENF).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2020. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2013.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9879768833653743>

Rodrigo Caetano

Titulação: Doutor em Geografia (UFF), Mestre em Geografia (UERJ) e graduado em Geografia (UFF).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2010. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2006.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3574363885377539>

Simonne Teixeira

Titulação: Doutora em Filosofia e Letras (História) pela UniversitatAutònoma de Barcelona e graduada em História pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 1996. Docente no ensino superior e pesquisador desde 1996.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/7938119508337389>

Vitor de Moraes Peixoto

Titulação: Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestre em Ciência Política (IUPERJ) e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Experiência acadêmica e profissional: Professor e pesquisador da UENF desde 2011. Docente no ensino superior e pesquisador desde 2008.

Vínculo Institucional: Professor associado.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4676437210734787>

8. GESTÃO DO CURSO

A gestão do curso de graduação em Administração Pública da UENF é democrática, sendo constituída por uma Coordenação, um Núcleo Docente Estruturante (NDE) e um Colegiado.

8.1. COORDENAÇÃO DO CURSO

Para o devido desenvolvimento das atividades didático-científicas, e seguindo o Estatuto da UENF e o Regimento da Graduação, o curso de Graduação em Administração conta com uma Coordenação, regulamentada pelo Estatuto da UENF, sendo composta por um Coordenador, o qual conta com o apoio do Colegiado e da Secretaria do Curso.

O coordenador do curso é eleito pelos docentes do quadro permanente da UENF da área específica do Curso de Graduação e designado pelo diretor de Centro, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

8.2. COLEGIADO DO CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão executivo e deliberativo responsável pela supervisão das atividades didáticas do curso, incluindo a orientação aos discentes para o cumprimento de suas obrigações e melhor aproveitamento dos estudos. Sua constituição segue as Normas da Graduação em vigor.

8.3. NÚCLEO ESTRUTURANTE DO CURSO

Em consonância com a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), o curso de graduação em Administração Pública da UENF possui Núcleo Docente Estruturante (NDE), de caráter consultivo, para acompanhamento do curso de graduação, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso (PPC) visando à contínua promoção de sua qualidade. Sua constituição segue as diretrizes constantes das Normas da Graduação em vigor.

9. AVALIAÇÃO DO CURSO E DO PPC

9.1. SISTEMA DE AUTOAVALIAÇÃO

O curso está desenvolvendo um sistema de autoavaliação, de periodicidade anual e sob a responsabilidade do colegiado de curso, balizado em três quesitos: qualidade do curso, formação e visibilidade.

Em relação à qualidade do curso, a autoavaliação deve contemplar a atualização dos conteúdos programáticos e das referências bibliográficas.

Em relação à formação: corpo docente, discente e egresso.

Corpo docente: a avaliação deve contemplar práticas didático-pedagógicas, formas de avaliação, orientação e estímulo à pesquisa e extensão.

Corpo discente: envolvimento dos alunos no processo ensino-aprendizagem; desempenho dos alunos nas atividades de pesquisa e extensão.

Egresso: acompanhamento do egresso, com foco na sua inserção no mercado de trabalho e/ou na continuidade de sua formação acadêmica.

Em relação à visibilidade, o foco desta dimensão da avaliação está relacionado às ações desenvolvidas pela coordenação, pelo corpo docente, pelos discentes e egressos para dar visibilidade ao curso na sociedade na qual está inserido.

9.2. INDICADORES DE DESEMPENHO DO PPC

Ao final de cada ano letivo, o colegiado deve realizar a avaliação de desempenho do curso se pautando nos seguintes indicadores: quantidade de alunos inscritos; relação de candidato/vaga; número de alunos ingressantes; número de alunos formados; tempo médio gasto para a integralização do curso; evasão; professores do quadro permanente; alunos aprovados em processo seletivo de programas de pós graduação; número de alunos aprovados para projetos de iniciação científica e extensão; número de como bolsistas de apoio ao ensino e em estágio docência; avaliação do curso pelo Guia do Estudante; acompanhamento do resultado do curso no ENADE, no CPC (Conceito Preliminar de Curso) e no IGC (Índice Geral de Cursos).

10. INFRAESTRUTURA ESPECÍFICA

10.1. BIBLIOTECA

A Biblioteca das Áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas localiza-se no prédio do CCH e conta com um quadro de pessoal técnico administrativo de 1 Bibliotecário, 4 servidores técnicos administrativos e 2 bolsistas. O acervo é atualizado a partir das ementas das disciplinas e a partir de sugestões de chefes de laboratórios e professores. A biblioteca oferece os seguintes serviços: Empréstimo domiciliar e especial; Reserva; Empréstimos entre bibliotecas; Consulta local; COMUT; Internet; Orientações ao uso do Portal de Periódicos da CAPES; Espaço para acesso a vídeos e CDs; Divulgação de livros e revistas no Facebook e no setor; Normatização de trabalhos científicos; Elaboração de fichas catalográficas; Levantamento bibliográfico e Renovações de empréstimo de livros e reservas de livros emprestados pela Internet. Atualmente o acervo conta com 23.892 volumes armazenados no programa Informa Biblioteca Eletrônica.

Importante ressaltar que a UENF realizou a contratação da Biblioteca Virtual, com assinatura anual de serviço de acesso à plataforma Biblioteca Digital/Virtual onde já se encontra disponibilizado um acervo atualizado e ampliado para a comunidade acadêmica, contribuindo com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, facilitando a consulta às obras por meio de computador ou qualquer dispositivo móvel com acesso à internet aos catálogos dos e-books da Biblioteca Digital Minha Biblioteca.

10.2. SALAS DE AULA

As sete salas de aula destinadas ao Curso de graduação em Administração Pública estão situadas nos prédios do CCH e da Reitoria (E1). Contamos também com quatro salas no prédio P10, que ainda não estão sendo utilizadas pelos Cursos de Graduação. Todas as nossas salas de aula no CCH e na Reitoria possuem quadro para aulas expositivas e aparelho de Smart-TV, que pode se conectar a outros equipamentos eletrônicos para reprodução de som e vídeo. Essas salas apresentam

dimensões e acústica adequadas para atender os (as) discentes, com iluminação adequada. Já existem condições à climatização dessas salas de aula, aguardando contratação de empresa para instalação de aparelhos de ar condicionado. Com relação à limpeza das salas de aula, diariamente é realizada por empresa contratada e os pequenos reparos em equipamentos elétricos, quando necessários, são realizados por profissional do próprio CCH. Ainda temos a Assessoria de Manutenção da Prefeitura da UENF para solicitação de serviços pertinentes.

10.3. SALAS DE PESQUISA

Em 16/12/2019 foi inaugurado uma área anexa ao prédio do CCH/UENF. Neste anexo 3 salas foram destinadas para o LGPP. Uma destas salas, de uso comum do LGPP e do LESCE, abrigará uma Unidade de Pesquisa em Desenvolvimento Regional. As outras duas salas são de uso exclusivo do LGPP e uma será destinada para uso dos alunos do curso de Administração Pública (e também dos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia) em projetos de Iniciação Científica ou em Projetos de Extensão, desde que orientados por professores do LGPP; a terceira será destinada para uso dos professores e bolsistas pós-doc do LGPP.

Estas salas, reservadas para as atividades de pesquisa e extensão propiciarão aos alunos do curso infraestrutura que lhes permita aprender e aplicar as mais avançadas técnicas de pesquisa na área das ciências sociais aplicadas, tanto em abordagem qualitativa quanto em quantitativa. Os equipamentos e softwares para estas unidades (8 computadores, 02 notebooks, programa de abordagem qualitativa NVivo, pacote office professional, licença de uso do SPSS) estão em processo aquisição.

10.4. SALA DE INFORMÁTICA PARA A GRADUAÇÃO

O Centro de Ciências do Homem possui uma sala de informática para suporte a(o)s estudantes do Curso de Administração Pública. Conta com recursos tecnológicos para edição de textos, navegação na web, elaboração de apresentações multimídia, criação de bases de dados, transferência de arquivos, entre outros. A sala de

informática também é utilizada para aulas que necessitem a utilização de computadores, mediante agendamento prévio. A UENF disponibiliza correio eletrônico institucional e acesso à internet, contando com tecnologia wireless em alguns pontos do *campus* aos estudantes cadastrados. A sala de informática pode ser utilizada individualmente pelos (as) estudantes para elaboração de trabalhos acadêmicos, comunicação com professores, alunos (a) e outras pessoas, pesquisa bibliográfica em bases de dados especializadas, consulta a revistas científicas eletrônicas e exploração de novas tecnologias de informação, dentre outras possibilidades. A sala de informática, com capacidade para mais de 20 computadores, será melhorada com a instalação de novos equipamentos de qualidade já recebidos.

10.5. SUPORTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Contamos com a Gerência de Informática (GInfo) para manutenção dos equipamentos e suporte em geral, composta por profissionais da própria Instituição, assegurando o bom funcionamento. Além da GInfo, temos técnicos de informática lotados em dois laboratórios do CCH.

10.6. UNIDADE EXPERIMENTAL DE SOM E IMAGEM

A Unidade Experimental de Som e Imagem (UESI) é um espaço laboratorial pertencente ao Centro de Ciências do Homem da UENF dedicado à formação, produção e gestão audiovisual. A UESI funciona como núcleo de documentação, informação e memória institucional focalizado no registro, divulgação e popularização do mundo acadêmico, da ciência e das tecnologias elaboradas dentro da universidade, contribuindo na promoção e resgate da cultura, das artes e dos saberes locais. Atua no apoio e na instrumentalização pedagógica de disciplinas curriculares em nível de graduação e pós-graduação e no âmbito da extensão, na formação continuada nas artes do vídeo, imagem e mídia digital.

10.7. AUDITÓRIO MULTIMÍDIA

O CCH possui uma sala Multimídia com capacidade de 88 assentos fixos, equipamentos audiovisuais e mobiliários próprios, iluminação adequada e ar condicionado para climatização, atendendo muito bem a finalidade dos eventos que recebe. Esse auditório geralmente é destinado a eventos extracurriculares como palestras, seminários, defesas de monografia, reuniões dos grupos de pesquisa e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Também contamos com dois miniauditórios, com equipamentos audiovisuais. Ambos, localizados em frente ao Laboratório de Gestão e Políticas Públicas, têm capacidade para alocar 80 pessoas. Os mini auditórios são separados por uma divisória móvel. No caso de realização de evento que necessite mais espaço devido ao maior número de participantes, os transformamos em uma unidade pela ampliação, movendo as divisórias retráteis.

10.8. SECRETARIA DO CURSO

A Secretaria do Curso de Administração Pública possui instalação em uma sala no térreo do prédio do CCH, com computador, telefone, equipamentos e mobiliários específicos próprios para o desenvolvimento das funções administrativo-pedagógicas. A Secretaria tem, entre outras atribuições, a tarefa de: assessorar a Coordenação do curso nas tarefas administrativas e na implementação das deliberações do Colegiado de Coordenação e da Pró-Reitoria de Graduação; organizar e manter o arquivo de documentos relacionados ao curso; atender aos (as) alunos (as) e professores em horários estabelecidos pela Coordenação; divulgar ao conjunto de alunos (as) do curso as ofertas de atividades curriculares complementares e demais informações de interesse ao ensino de graduação.

O curso de Administração Pública oferece, também, a disponibilidade de uso de um conjunto de equipamentos aos estudantes, professores e técnicos-administrativos para uso em atividades de ensino, pesquisa e extensão: 02 notebooks; 02 impressoras multifuncionais; 03 computadores, 01 Datashow; 02 notebooks.

10.9. ASSESSORIA DE TRANSPORTE

O curso de Administração Pública conta com o apoio da Assessoria de Transportes da UENF (ASTRAN) para traslado de professores e estudantes em atividades de trabalho de campo, pedagógicas, participação em congressos, seminários, palestras e outros eventos acadêmicos, assim como pesquisadores convidados a participarem de bancas de monografia e eventos acadêmicos promovidos pela Universidade. Os corpos docente e discente do curso de Administração Pública contam ainda com a equipe da ASTRAN em atividades de apreciação artística orientadas pelos docentes e profissionais acadêmicos e administrativos, como teatro, concerto, cinema ou visita a exposições, museus e as bienais, locais, regionais e nacionais.

A ASTRAN conta com a seguinte frota de veículos:

- 01 caminhão Agrale (carroceria fechada) com capacidade para 02 passageiros.
- 09 automóveis com capacidade para até 4 passageiros
- 01 micro-ônibus com capacidade para 25 passageiros
- 01 micro-ônibus com capacidade para 32 passageiros
- 01 ônibus com capacidade para 44 passageiros
- 02 utilitários com carroceria com capacidade para 01 passageiro
- 06 utilitários com carroceria com capacidade para 04 passageiros
- 01 van com capacidade para 10 passageiros
- 01 van com capacidade para 15 passageiros

10.10. GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

A Gerência de Comunicação da UENF (ASCOM) é responsável pela geração de todo tipo de material informativo sobre a Universidade (incluindo publicações jornalísticas como o Informativo da Universidade) e peças publicitárias ou promocionais, além de administrar o conteúdo do Portal da UENF. Assessora a Administração, o corpo docente e técnico da instituição na realização e divulgação de eventos de diversas naturezas. Atua no planejamento e elaboração de projetos especiais submetidos a diferentes instâncias.

11. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 4.281 de 25 Junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em 17/08/2022.

BRASIL. Decreto 5626 de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em 17/08/2022.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 17/08/2022.

BRASIL. Lei 11.645, de 10 Março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 17/08/2022.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CIDE). Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, edições 1995 a 2003.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Rio de Janeiro.

IBGE. IBGE Cidades. População Estimada, 2021. Rio de Janeiro. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 15/08/2022.

IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios, 2021. Rio de Janeiro. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?t=pib-por-municipio&c=3301009>. Acesso em 15/08/2022.

LIMA, Lana Lage da Gama; ALVES, HeloizaManhães. UENF, a Universidade do Terceiro Milênio: uma memória (1993-2003). Campos dos Goytacazes: UENF, 2003, p. 144.

MEC/CNE. Resolução nº 1, de 17 de Junho de 2004.

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 19/09/2022.

MEC/CNE. Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 19/09/2022.

MEC/CNE. Resolução nº 2/2007, de 18 de Junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em 19/09/2022.

PAES JUNIOR, Gelson Caetano. A concepção dos professores formadores sobre o curso de licenciatura em pedagogia da UENF. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Campos dos Goytacazes: UENF, 2018.

PESCARTE. Projeto de educação ambiental Pescarte. Conheça o PEA Pescarte.

PESCARTE. Projeto de Educação Ambiental. Apresentação. Disponível em <http://www.pea-bc.ibp.org.br/index.php?view=projeto-apresentacao&id=6>. Acesso em 22/08/2022.

PIRES, V., SILVA, S.A.M., FONSECA, S.A., VENDRAMINI, P., COELHO, F.S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), jul-set 2014, 110-126. ISSN 2175-5787. Disponível em file: C:/Users/Uenf/Downloads/apgs-ufv,+1+--+719-1287-1-SM.pdf. Acesso em 08/09/2022.

PNUD BRASIL, IPEA e FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>. Acesso em 15/08/2022.

RIBEIRO, Darcy. O Brasil como Problema. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. 320p.

RIBEIRO, Darcy. Universidade do 3º Milênio: Plano Orientador da Universidade Estadual do Norte Fluminense. UENF: Campos dos Goytacazes, 1993, p.65.

RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>. Acesso em 09/08/2022.

RIO DE JANEIRO. Decreto 16.357, de 27 de fevereiro de 1991. Cria a Universidade Estadual do Norte Fluminense e aprova seu Estatuto.

RIO DE JANEIRO. Decreto 17.206, de 23 de Dezembro de 1991. Atribui à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais a missão de instituir e implantar a UENF.

RIO DE JANEIRO. Decreto 17.207, de 23 de Dezembro de 1991. Atribui à Secretaria Extraordinária de Programas Especiais a responsabilidade por fornecer suporte técnico, administrativo, orçamentário e financeiro necessários à implantação da UENF.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1.596 de 20 de Dezembro de 1989. Autoriza o poder executivo a tomar as providências necessárias à criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12508746/artigo-2-da-lei-n-1596-de-20-de-dezembro-de-1989-do-rio-de-janeiro/modelos-pecas>. Acesso em 09/08/2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 1.740 de 08 de Novembro de 1990. Autoriza a criação da Universidade Estadual Do Norte Fluminense-UENF. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12508746/artigo-2-da-lei-n-1596-de-20-de-dezembro-de-1989-do-rio-de-janeiro/modelos-pecas>. Acesso em 09/08/2022.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 2.043 de 10 de Dezembro de 1992. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual Norte Fluminense e dá outras providências. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/12508746/artigo-2-da-lei-n-1596-de-20-de-dezembro-de-1989-do-rio-de-janeiro/modelos-pecas>. Acesso em 09/08/2022.

SILVA, R.C. e CARVALHO, A. M. (2002). Formação Econômica da Região Norte e Noroeste Fluminense. In CARVALHO, A. M. (Org.). Projeto de Pesquisa Integrado: Estrutura, Dinâmica espacial e Qualidade de Vida da rede Urbana das Regiões Norte e Noroeste Fluminense. Relatório Científico, Projeto Faperj e-26/171/159/2000, mimeo, 2002. Universidade Estadual do Norte Fluminense, CCH, Campos dos Goytacazes C. 2 p.1-60.

SMIDERLE, Carlos Gustavo Sarmet Moreira; MUYLEAERT, Fúlvia Maria D'Alessandri. Uma Casa, muitas vozes: histórias dos primeiros 20 anos da UENF. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2013.

TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO. Projeto de educação ambiental Territórios do petróleo: royalties e vigília cidadã na Bacia de Campos. Apresentação. Disponível em: <https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/apresentacao/>. Acesso em: 22/08/2022.

UENF. História do Curso: o início do curso de Ciências Sociais. Campos dos Goytacazes: UENF, 2022. Disponível em: <https://uenf.br/graduacao/ciencias-sociais/historia-do-curso/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UENF. Normas da Graduação, 2019. Disponível em <https://uenf.br/graduacao/administracao-publica/normas-e-resolucoes>. Acesso em 27/09/2022.

UENF. Novo doutorado em Cognição e Linguagem: inscrições abertas. UENF – Página Oficial / Facebook, 09 jan. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/245805865441910/posts/677717162250776/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UENF. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes: UENF, 2022. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UENF. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Campos dos Goytacazes: UENF, 2022. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

UENF-Universidade Estadual do Norte Fluminense “Histórico da Universidade” site <http://www.uenf.br/Uenf/index.html>.

WREN, Daniel A. The evolution of management thought. New York: John Wiley, 1979.

12. ANEXO 1: EMENTÁRIO

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS, POR PERÍODO LETIVO

1º PERÍODO

Teoria Geral da Administração

Ementa:

Conceitos, princípios e finalidades da administração. Evolução do pensamento e da Teoria Administrativa. Administração e sua relação com o desenvolvimento econômico e social. O papel do administrador nas organizações públicas e privadas. Processos organizacionais. Planejamento, organização, liderança e controle. Estruturas organizacionais. Funções administrativas. Perspectivas da administração na sociedade contemporânea.

Bibliografia Básica:

CAVALCANTE, Pedro; CARVALHO, Paulo. Profissionalização da burocracia federal brasileira (1995-2014): avanços e dilemas. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 1, p. 1-26, Janeiro-Fevereiro, 2017.

CHEVALLIER, Jacques. O Estado Pós-moderno. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 309 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. Administração e organizações: uma introdução à teoria e à prática. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

COSTA, Márcia da Silva. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. Cadernos EBAPE.BR, v. 15, n. 1, p. 115-131, janeiro-março, 2017.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução a Administração. São Paulo: Atlas, 2007.

MONTANA, P. J. e CHARNOV, B. H. Administração. São Paulo: Saraiva, 1998.

REBOUÇAS, D. P. R. O. Teoria geral da administração: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

ABRUCIO, Fernando Luiz. Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: ENAP, 1997, n. 10.

CHIAVENATO, Idalberto. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. São Paulo: Atlas, 2003.

LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006.

MINTZBERG, Henry. Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações. São Paulo: Atlas, 1995.

MONTANA, P.J.; CHARNOV, B.H. Administração. São Paulo: Saraiva, 2003.

MOTTA, Fernando. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2006.

ROBBINS, S.P. Administração – mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.

Filosofia

Ementa:

Uma introdução básica à Filosofia e a como empregá-la enquanto reflexão crítica e rigorosa. Apresentação de alguns elementos de seus conteúdos, métodos, ramos de investigação e seu valor para as demais áreas de conhecimento e para a vida em geral.

Bibliografia Básica:

BAGGINI, Julian; FOSL, Peter S.. As ferramentas dos filósofos: um compêndio sobre conceitos e métodos filosóficos. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

BONJOUR, Laurence; BAKER, Ann. Filosofia: textos fundamentais comentados. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MARCONDES, Danilo; Franco, Irley. A Filosofia: o que é? Para que serve? Rio de Janeiro: Zahar: Ed. PUC-Rio, 2011.

NAGEL, Thomas. Uma introdução à Filosofia. Trad: Silvana Vieira. 3ª. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

NOLT, John, ROHATYN, Dennis. Lógica. São Paulo: McGraw-Hill, 1991 (Coleção Schaum)

Bibliografia Complementar:

ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia. 12 volumes. Barcarena, Portugal: Editorial Presença, 2001.

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARANHA, Maria L. de Arruda; Martins, Maria Helena Pires. Filosofando: Introdução à Filosofia. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

BAGGINI, Julian. O Porco Filósofo: 100 experiências de pensamento para a vida cotidiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-socráticos a Wittgenstein. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

MORA, Jose Ferrater. Dicionário de Filosofia. 4ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J.D.. A teoria do Conhecimento: uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

PORTA, Mario A. González. A filosofia a partir de seus problemas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

RUSSELL, Bertrand. O Valor da Filosofia (arquivo eletrônico)

Sociologia

Ementa:

A disciplina introduz os alunos em análises e teorias sociológicas. O programa está subdividido em três módulos. No primeiro, apresentaremos o contexto histórico do surgimento da sociologia. No segundo, abordaremos questões relacionadas com o objeto e o método da ciência social. Por último, analisaremos as principais contribuições de Emile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e Georg Simmel a partir da leitura de suas principais obras.

Bibliografia Básica:

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Orgs.). Teoria social hoje. São Paulo: Unesp, 1999. p. 23-89.

DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico. São Paulo, Editora Nacional, 1990.

DURKHEIM, Emile. Da divisão social do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARX Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl. "Prefácio", em Manuscritos Econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos/Karl Marx. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).p.127-131

MARX, Karl. "O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo". In: MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política, São Paulo, Editora Abril, 1983.

SIMMEL, Georg. "O dinheiro na cultura moderna", "A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva" e "O indivíduo e a liberdade". In: SOUZA, Jessé. ÖELZE, Berthold (orgs). Simmel e a modernidade. Brasília: Ed. UNB, 2005.

SIMMEL, Georg. "O problema da Sociologia" e "O Campo da Sociologia". In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Petropolis: Vozes, 2020.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDER, Jeffrey C. (org.). (1988a), Durkheimian Sociology: Cultural Studies, Cambridge, Cambridge University Press.

ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. Martins fontes: São Paulo, 2008.

COHN, Gabriel. Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, Queroz, 1979.

FRISBY, David. The ambiguity of modernity: Georg Simmel and Max Weber. In: MOMMSEN, Wolfgang; OSTERHAMMEL, Jurgen (org). Max Weber and his contemporaries. London: Routledge, German Historical Institute, 2006.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Unesp, 1998.

GOMES NETO, Jayme. (2018), "As Categorias Sociológicas do Pensamento: Durkheim, Herdeiro Crítico de Kant". In NETO, J. G.. MAGNELLI, A., WEISS, R. (orgs.). Durkheim, Apesar do Século: Novas Interpretações entre Sociologia e Filosofia, São Paulo, Annablume.

GOMES, Jayme. Por uma Reconstrução da Tradição Durkheimiana. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2020, v. 35, n. 104 [Acessado 26 Julho 2021]

JESSOP, Bob. 1982. The Capitalist State Oxford : M. Robertson.

LEPENIES, Wolf. As três culturas. São Paulo: Ed. da USP, 1996.

LUKES, Steven. ([1973] 1985), Emile Durkheim: His Life and Work: a Historical and Critical Study, Stanford, Califórnia, Stanford University Press.

MARX, Karl. A questão judaica Tradução de Wladimir Gomide. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

RAMALHO, José Ricardo e Santos, Rodrigo. HUW BEYNON: MARXISMO E SOCIOLOGIA. Sociologia & Antropologia [online]. 2016, v. 6, n. 1 [Acessado 26 Julho 2021] , pp. 13-29

SCHLUCHTER, Wolfgang. (1981), The rise of Western rationalism: Max Weber's developmental history. Berkeley, University of California Press.

SIMMEL, Georg. Filosofia del dinero. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 154-83.

WEBER, Max. Economia e sociedade. v. I. Brasília: Editora da UnB , 1994.

Política I para Administração Pública

Ementa:

A proposta do curso é trazer uma visão panorâmica dos principais temas da ciência política, a partir de uma análise acerca das suas várias dimensões, no conjunto das relações institucionais e sociais. Parte da apresentação de diferentes abordagens e paradigmas teóricos e, com base na discussão dos conceitos básicos da disciplina, busca-se fornecer um substrato analítico para estudo do processo de formulação e implementação de políticas públicas em sociedades complexas. Temas centrais da disciplina: política; estado; governo; sistemas partidário e político; burocracia; processo decisório; grupos de interesses; ação coletiva; e conselhos participativos.

Bibliografia Básica:

ABRANCHES, Sérgio. "Política Social, Pobreza e Desigualdade: a prática da Teoria". In: SANTOS, Wanderley G.; COIMBRA, Marcos A. (Colaboradores). . Política Social e a Questão da Pobreza. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1987.

AZEVEDO, Sérgio de, e PRATES, Antônio Augusto. Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva. Ciências Sociais Hoje, 1991, São Paulo, Ed. Vértice, 1991.

BOBBIO, Norberto. Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.

BOSCHI, Renato Raul. A Arte da Associação, São Paulo, Vertice/IUPERJ, 1987.

CAMPOS, Edmundo (orgs) Sociologia da Burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

CARDOSO, Fernando H. & MARTINS, Carlos E. (orgs.). Política e Sociedade (vol.1 e 2), Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1979.

DAHL, Robert. Porque Mercados Livres não Bastam, In Lua Nova, n.28/29, 1993, pp.227-235.

DAHL, Robert. Sobre a Democracia. Copyright 2001, Editora Universidade de Brasília.

- DAHL, Robert. Um Prefácio à Teoria Democrática, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1989.
- HELD, David. Modelos de Democracia. Belo Horizonte, Editora Paidéia, 1994.
- LAMONIER, Bolivar & NOHLEN, Dieter (orgs.). Presidencialismo ou Parlamentarismo, São Paulo, Ed. Loyola, 1993.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Status e Classe Social, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- MARTINS, Luciano. Estado capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- MICHELS, Robert. Los Partidos Políticos, Buenos Aires, Amorrortu Editores.s.d.
- MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.
- NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema Eleitoral e Reforma Política, Foglio Editora, Rio de Janeiro, 1993.
- NUNES Edson. A Gramática Política Brasileira, Editor Jorge ZAHAR/ENAP, 1997.
- O'DONNELL, G. (Orgs.). A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas, São Paulo, Vértice, 1998.
- OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1984.
- OLSON, Macur. A Lógica da Ação Coletiva. São Paulo, Ed. da USP, 1999.
- POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais, São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- PRZEWORSKI, Adam. A Falácia Neoliberal, In Lua Nova, nº28/29, 1993. pp. 209-225.
- PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social Democracia, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- PUTNAM, Robert. "Comunidade e Democracia", Rio de Janeiro, Ed. da FGV, 1996.
- REIS, Fábio W., Consolidação Democrática e Construção do Estado: notas introdutórias e uma tese.
- ROBBIO & MATTEUCI & PASQUINE. (orgs.) Dicionário de Política, Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1986.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradoxos do Liberalismo, Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Razões da Desordem. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos., "A trágica condição da política social". In: ABRANCHES, S., SANTOS, W.G. COIMBRA, M. Política Social e a Questão da Pobreza, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisada, São Paulo, Ed. Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann – Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- WEBER, Max. Os Fundamentos da Organização Burocrática: uma construção do Tipo Ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). Sociologia da Burocracia, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- WEFFORD, Francisco. Por que Democracia? Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

Matemática para Administração Pública

Ementa:

Funções: conceitos e definições básicas. Funções exponenciais e logarítmicas. Regras para diferenciação. Funções compostas e a regra da cadeia. Derivadas parciais. Otimização (máximos e mínimos). Correlação simples e composta e percentagem.

Bibliografia Básica:

CHIANG, Alpha C. Matemática para Economistas: tradução da 4ª edição. Rio de Janeiro. Elsevier, Campus, 2006.

MORETTIN, Pedro, HAZZAN, Samuel, BUSSAB, Wilton. Cálculo funções de uma e várias variáveis. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

SIMON, Carl P., BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Bibliografia Complementar

GUIDORIZZI, H. Um curso de Cálculo Diferencial e Integral, vol. 1, LTC. 5ª edição. Rio de Janeiro, 2001.

LEITHOLD, Louis. Matemática Aplicada à Economia e Administração. Editora Harbra, 1998.

MUNEM, M. A., FOULIS, D. J. Cálculo. LTC editora S.A. Rio de Janeiro.

SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica, vol. 1, 2ª edição, MacGraw-Hill Ltda, São Paulo.

2º PERÍODO

Administração Pública

Ementa:

Esta disciplina se propõe a discutir conceitos, princípios e finalidades da administração pública, analisando pressupostos contemporâneos e sua aplicabilidade na realidade brasileira. Neste sentido, a discussão inicia-se na importância da gestão e no ciclo de políticas públicas e será analisada também a história do pensamento sobre administração pública; o modelo burocrático e sua crise; Reforma do Estado e introdução de mecanismos do setor privado na administração pública; Princípios da Nova Gestão Pública (NGP); Paradigmas pós NGP (gestão de valor público, governança na era digital e nova governança pública); Administração pública brasileira: história, reformas e elementos determinantes (federalismo) e Reformas administrativas no Brasil.

Bibliografia Básica:

ABRUCIO, F. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), n. 10, 1997.

ABRUCIO, F. Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais. RAP. Rio de Janeiro 39(2):401-20, Mar./abr. 2005.

ALTOUNIAN, C. S., SOUZA, D. L., LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: Uma visão pratica. São Paulo: Editora Fórum, 2020.

ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRESSER PEREIRA, L.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV. 2003.

BRESSER-PEREIRA, L. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP/Editora34, 1998.

CAMPOS, A. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, fev./abr. 1990.

DENHARDT, R. Teorias da administração pública. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

FERREIRA, C. Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. Revista do Serviço Público, Brasília, ano 47, v. 120, n. 3, p. 5-33, set./dez. 1996.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 21, p. 212-259, 2000.

GAETANI, F. O ensino da administração pública em um momento de inflexão. Revista do Serviço Público. v. 50, n. 4, p. 95-118, Out-Dez, 1999.

GALVÃO, P., GIL, A., JÚNOR, R. O. Gestão Pública Municipal de Alto Desempenho: Governança e Controladoria Municipal. São Paulo, Juruá Editora, 2016.

KINGDON, J.. Juntando as coisas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2007.

LOUREIRO, M.; ABRUCIO, F.; PACHECO, R. Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M. Governance e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. Revista do Serviço Público. Ano 47. Vol. 20, nº 01, jan-abr 1996.

PASCARELLI FILHO, M. A Nova Administração Pública: Profissionalização, Eficiência e Governança. São Paulo: DVS Editora, 2011.

PAULA, A. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

TORRES, M. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:

BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. Opinião Pública, Campinas, v. 14, nº 2, novembro, 2008.

BETHLEM, A. Modelos de processo decisório. Revista de Administração, São Paulo, v.22,n.3, p.27-39, jul./set. 1987.

BIDERMAN, C; AVELINO, G. A descentralização brasileira em perspectiva comparada: Gestão das transferências federais para os municípios. Relatório de Pesquisa. São Paulo: CEPESP/FGV, 2010.

BRITO, B.; SILVEIRA, A. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. Revista do Serviço Pública. Brasília: Enap, 2005.

CUNHA, E.; ALMEIDA, D.; FARIA, C.; RIBEIRO, U. Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. In: PIRES, R. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

EVANS, P. Estado como problema e solução. Revista Lua Nova. n. 28-29, 1993.

FARIA, C. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, nº 59, 2005.

LIMA JÚNIOR, O. As Reformas Administrativas no Brasil: Modelos, Sucessos e Fracassos. Revista do Serviço Público, ano 49, vol. 122, nº 2,1998.

MIGUEL, L. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. Revista Lua Nova. São Paulo, 100, 2017.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. Revista do Serviço Público. Ano 53, Número 3, Jul-Set. 2002.

WALDO, D. O estudo da Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 1964.

WOODROW, W. O Estudo da Administração. Cadernos de Administração Pública, 16. FGV. 1954.

Metodologia do Trabalho Científico

Ementa:

Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos. Tipos de conhecimento. A pesquisa científica. O método e a forma de abordar o problema. Etapas da pesquisa científica. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. Metodologia do Trabalho Científico. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 198 p.

MINAYO, Cecília. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco - São Paulo/Rio de MINAYO, Cecília. Pesquisa Social. Teoria, método, criatividade. 14ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Revisão Científica: Rui Santos. Gradiva Publicações S.A. 5ª Edição. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

Bibliografia Complementar:

ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva S.A. 2020.

GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico - Teoria e Prática. São Paulo: HABRA Ltda,1986.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry (ORG.). Pesquisa Social. Métodos e técnicas. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

Sociologia das organizações

Ementa:

A disciplina introduz os alunos em análises sociológicas clássicas e contemporâneas sobre organizações sociais com foco nas organizações da administração pública. O programa está organizado em torno de eixos temáticos e abordagens teóricas abrangentes que discutem a relação entre sociedade, organização e outros sistemas sociais, destacando o caso brasileiro.

Bibliografia Básica:

FREITAS, M. E. Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos. São Paulo: Makron 1991.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola. 1992.

LUHMANN, N. Organización y decisión: autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. Barcelona, Anthros. 1997.

MARTINS, H. F. "A ética do patrimonialismo e a modernização da administração pública brasileira" In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (Orgs.). Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas.1997

MARX, K. Contribuição á Crítica da Economia Política.2º edição, São Paulo, Martins Fontes.1983.

MASI, D. D. A Sociedade pós Industrial. São Paulo: Ed. Senac.1999.

MERTON, R. K. "Estrutura burocrática e personalidade". In: CAMPOS, Edmundo (Org.) Sociologia da Burocracia. 2º Edição, Rio de Janeiro: Zahar,1971.

MOTTA, F. P (1990): Organização e poder: empresa, estado e escola. São Paulo: Atlas. MOTTA, F. P.

OLIVERIA, M. A. G. Como entender a cultura organizacional. São Paulo: Nobel.1998. PERROW, Charles . Análise Organizacional. Um enfoque Sociológico. São Paulo: Atlas. 1976

RAMOS, A. G (1989): A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

VAITSMAN, J. "Gerencialismo, cultura e expectativas entre os servidores públicos de saúde" . In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 29-47,jan.\fev.2001.

WEBER, M: A gênese do capitalismo moderno. São Paulo: Ed. Ática, 2006. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Microeconomia

Ementa:

Demanda, oferta e o mecanismo de mercado. O conceito de elasticidade e suas aplicações. Introdução à teoria do consumidor. Introdução à teoria da firma. Estruturas de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística). Falhas de mercado e suas possíveis correções.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. G. Introdução à Economia. 4ª ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2019.

MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. Microeconomia. 8ª ed. São Paulo: Ed. Pearson Education do Brasil, 2013.

STIGLITZ, J. E.; WALSH, C.E. Introdução à Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VARIAN, H. R. Microeconomia: uma abordagem moderna. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2021.

Bibliografia Complementar:

MANKIW, N. G. Introdução à Micro e à Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à Economia. 21ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2016.

TROSTER, R.L.; MOCHÓN, F. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 2002.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. Economia: Micro e Macro. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

VASCONCELLOS, M.A.S.; OLIVEIRA, R.G. Manual de Microeconomia. São Paulo: Atlas, 2000

Direito Constitucional

Ementa:

A presente disciplina busca oferecer ao aluno conhecimentos acerca do Direito Constitucional, proporcionando a observância às normas e diretrizes que permeiam o estudo dos Direitos e Garantias Fundamentais, dos Direitos Individuais e Coletivos, dos Direitos Sociais e a Ordem Social, do Direito de Nacionalidade, dos Direitos Políticos, os aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático de Direito, delineados pela República Federativa do Brasil de 1988, contextualizados em relação à história Constitucional do Brasil, bem como ao Direito Constitucional geral. Também, são realçados no estudo proposto os Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Bibliografia Básica

ALEXY, Robert. Teoría de los Derechos Fundamentales. 1ª ed. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2008.

BARROSO, Luís Roberto. Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 15ª ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Saraiva. 2010, Malheiros, 2010.

BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas: limites e possibilidades da Constituição Brasileira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

Bibliografia Complementar:

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição do Brasil Interpretada: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Alexandre de Moraes. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Estado de Direito e Constituição. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

3º PERÍODO

Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais

Ementa:

Desenvolvimento das principais teorias organizacionais, análises críticas e abordagens pós-modernas nas organizações. Perspectivas futuras de pesquisa em organizações. Análise dos sistemas administrativos. Organograma. Fluxograma. Departamentalização. Sistemas de Informação. Clima Organizacional. Metodologias para investigação organizacional. Processos organizacionais. Padronização e Manuais Administrativos.

Bibliografia Básica:

ARAUJO, L. C. G. Organização, Sistemas e Métodos e Técnicas de Gestão Organizacional. Editora Atlas: 2011. Volume 1.

ARAUJO, L. C. G. Organização, Sistemas e Métodos e Técnicas de Gestão Organizacional. Editora Atlas: 2011. Volume 2.

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria E. Manual de Organização Sistemas e Métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação. Editora Atlas: 2011.

CALDAS, M.; BERTERO, O. Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007

CRUZ, Tadeu. Sistemas, organizações & métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação/ Tadeu Cruz.- 3. Ed.-8. Reimp.- São Paulo: atlas, 2011.

CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística / Antônio Cury. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em [https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010039/cfi/6/2\[;vnd.vst.idref=cover\]!](https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597010039/cfi/6/2[;vnd.vst.idref=cover]!) Em 02 de abril de 2021.

CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística/Antônio Cury. -8. Ed. Ev. E ampl. - 5.reimpr- São Paulo: atlas, 2010.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de, sistemas organizações e métodos: uma abordagem gerencial / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. – 20. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração: evolução do pensamento administrativo, instrumentos e aplicações práticas / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Organizador). Gestão por processos: fundamentos, técnicas e modelos de implementação. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANTONELLO, C. S.; GODOI, A. S. A encruzilhada da aprendizagem organizacional: uma visão multiparadigmática. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 310-332, Mar./Abr. 2010.

BERTERO, C. O. O paradoxo da teorização e da prática administrativa. In: VASCONCELOS, F. C.; VASCONCELOS, I. F. G. (Orgs.) Paradoxos Organizacionais: uma visão transformacional. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2004. p. 365-384.

CARREIRA, Dorival. Organização sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e estrutura organizacional da empresa. São Paulo: Saraiva, 2009.

MILLER, S.J.; HICKSON, D.J.; WILSON, D.C. A tomada de Decisão nas Organizações. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cynthia; NORD, Walter (Orgs.) Handbook de Estudos Organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004, v. 3, cap. 13, p.282-310.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. Cap. 1, 2,3, 12 e 13.

PERROW, C. B. Análise organizacional: um enfoque sociológico. São Paulo: Atlas, 1976. cap. 3, p.73-119.

PRADELLA, Simone. Gestão de processos: da teoria à prática. São Paulo: Atlas, 2012.

ROCHA, Luis Osvaldo Leal da. Organização e métodos: uma abordagem pratica. 6 ed. São paulo: atlas, 2012.

STONER. James A.F.,1935- Administração / James A. F. Stoner, R Edward Freeman; tradução Alves Calado; revisão de conteúdo Agrícola de Souza Bethlem. - 5 ed.-[Reimpr.]- Rio de janeiro:LTC, 2010.

Macroeconomia

Ementa:

Macroeconomia Clássica. Modelo Keynesiano simples de Determinação da Renda. Modelo IS-LM para economias fechadas. Balanço de Pagamentos. Modelo IS-LM para economias abertas.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, O. Macroeconomia. 5ª edição. São Paulo: Pearson Education, 2011.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S.; STARTZ, R. Macroeconomics. 11ª ed. Dados eletrônicos, Porto Alegre: AMGH, 2013.

FROYEN, Richard. Macroeconomia. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

MANKIW, N. G. Introdução à Economia. 4ª ed. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2019.

ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à Economia. 21ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2016.

Bibliografia Complementar:

LOPES, L. M., BRAGA, M. B., VASCONCELLOS, M. A. S. Macroeconomia – Teorias e Aplicações de Políticas Econômicas. 4ª ed. São Paulo. Editora Atlas, 2018.

NOGAMI, O.; PASSOS, C. R. Princípios de Economia. 7ª ed. – ver. São Paulo. Editora Cengage Learning, 2016.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R. de (Orgs.). Manual de Economia: equipe de professores da USP. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Direito Administrativo

Ementa:

A presente disciplina busca oferecer ao aluno embasamentos acerca das diretrizes básicas de estrutura e de funcionamento da Administração Pública. Tendo por foco, sobretudo o direito nacional, atenta para os aspectos fundamentais do Estado e de sua organização constitucional; assinala a Administração Pública enquanto integrante da “Organização Estatal; realça os fundamentos constitucionais da Administração Pública; e proporciona a observância às normas e diversos temas importantes na Administração Pública.

Bibliografia básica:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FILHO CUNHA, Dirley. Curso de Direito Administrativo. 7 ed. São Paulo: Juspodivm, 2009.

JUSTEN, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

CRETELA JÚNIOR, José. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 31 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. Princípios Constitucionais dos Servidores Públicos. São Paulo: Saraiva, 1999.

Contabilidade e Análise De Balanços

Ementa:

Conceito, objeto, objetivo fundamental e finalidade da contabilidade. A informação contábil e suas características básicas. As normas Internacionais de Contabilidade. Princípios Contábeis. Estática patrimonial: conceituação do patrimônio sob a ótica contábil e seus elementos constitutivos; configurações patrimoniais; equação fundamental. Dinâmica patrimonial: fatos contábeis e sua classificação: variações patrimoniais. Livros contábeis: Razão e Diário. Registros contábeis básicos: conta, sua conceituação, natureza, função e classificação; Plano de contas; Registros contábeis pelo método das partidas dobradas. Balancete de verificação; apuração de resultado. Balanço Patrimonial (elaboração) e outros demonstrativos contábeis. Depreciação, amortização e exaustão. Análise econômica de empresas.

Bibliografia Básica:

LUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. Contabilidade Introdutória. 12ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2019. 272 p.

NETO, Alexandre Assaf. Estruturas e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-financeiro. 12ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2020. 376 p.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 30ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva Uni, 2017. 416 p.

Bibliografia Complementar:

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis. 8ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Geral. 10ª Edição. São Paulo, Editora Saraiva Uni, 2017. 560 p.

VICECONTTI, Paulo; NEVES, Silvério. Contabilidade básica. São Paulo: Frase, 1995.

Política II para Administração Pública

Ementa:

Construção e manutenção da ordem política: poder, contrato social, liberdade, igualdade, propriedade e democracia. Construções teóricas de Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Montesquieu, Marx, Burke, Tocqueville, etc.

Bibliografia Básica:

ALVES, Francisco Aluizio. "O Príncipe (mal) dito". In: Lugar em comunicação. Rio de Janeiro, nº 6, 1979.

ARON, RAYMOND. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CHÂTELET, François (org). História das idéias políticas. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HOB BES, THOMAS. Leviatã e matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo, Abril Cultural, 1979.

LASKI, HAROLD. O liberalismo europeu. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

- LOCKE, JOHN. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1973.
- MAQUIAVELLI, NICOLÓ. O Príncipe. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MARX, KARL e ENGELS, FRIEDRICH. A ideologia alemã. São Paulo: Moraes, 1984.
- MARX, KARL e ENGELS, FRIEDRICH. Obras Escolhidas. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.
- MARX, KARL. O capital. São Paulo: Difel, 1984.
- ROUSSEAU, JEAN-JACQUES. Discurso sobre as Origens e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. Brasília: UNB, 1989.
- TOCQUEVILLE. O antigo Regime e a Revolução. Brasília: UnB, 1982.
- WEFFORT, FRANCISCO (org). Os Clássicos da Política. São Paulo: Ática, Volumes 1 e 2, 1998.

4º PERÍODO

Gestão de Pessoas

Ementa:

Evolução histórica, conceitos e características. Importância da gestão de pessoas nas organizações. Aspectos que influenciam as políticas e práticas de gestão de pessoas. Caracterização de um sistema de RH. Administração de carreira e remuneração. Relações de trabalho.

Bibliografia Básica:

BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público. Brasília: ENAP, 2019. ISBN 978-85-256-0109-4. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4283/1/7_Livro_Gestão de pessoas liderança e competências para o setor público.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4283/1/7_Livro_Gestão%20de%20pessoas%20liderança%20e%20competências%20para%20o%20setor%20público.pdf) .

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. Inovação no setor público : teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP, 2017. ISBN 9788578113131. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/171002_inovacao_no_setor_publico.pdf .

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas - O Novo Papel da Gestão do Talento Humano. 5. ed. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos - O Capital Humano das Organizações. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de Pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010. ISBN 9788525600691. Disponível em:

<http://www.enap.gov.br/documents/586010/603556/Livropdf/b295469b-faec-42f2-954469b1984e17a8>. SCHIKMANN, Rosane. Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira. Curso desenvolvido para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), 2015. Brasília: ENAP, 2015. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2114>. SILVA, Anielson

Barbosa da; BISPO, Ana Carolina Kruta de Araújo; AYRES, Simone Maia Pimenta Martins. Desenvolvimento de carreiras por competências. Brasília: ENAP, 2019. ISBN 978-85-256-01193. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4287/1/11_Livro_Developolvimento_de_carreiras_por_competencias.pdf

Bibliografia Complementar:

BERGAMINI, Cecília W. Desenvolvimento de recursos humanos: uma estratégia de desenvolvimento organizacional. São Paulo: Atlas, 1990.

BOHLANDER, G; SNELL, S; SHERMAN, A. Administração de Recursos Humanos. São

BRASIL. Plano estratégico para a área de recursos humanos da administração pública federal. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2002.

DEMO, G. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da Justiça Organizacional. São Paulo, Atlas, 2008.

DESSLER, G. Administração de Recursos Humanos. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

GIL, Antônio C. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAMIGNA, Maria Rita M. Modelo de competências e gestão dos talentos. São Paulo: Makron Books, 2007.

Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

PONTES, Benedito R. Administração de cargos e salários. 9. ed. São Paulo: LTR, 2002.

Finanças Públicas

Ementa:

Falhas de mercado e falhas de governo. Os objetivos da política fiscal e as funções de governo. Gastos públicos: evolução e determinantes. Princípios teóricos de tributação e o Sistema Tributário brasileiro. A economia política do Ajuste Fiscal. Problema previdenciário brasileiro.

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Ciro e Avarte, Paulo S. (orgs.). Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas. Teoria e Prática no Brasil. 5.ed. São Paulo, GEN Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando Antonio. Finanças Públicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010

RIANI, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. 6.ed. Rio de Janeiro, LTC Editora, 2016.

Bibliografia Complementar:

MENDES, M. (Org.) Gasto Público Eficiente. Rio de Janeiro. Toopbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2006.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2009.

Pensamento Social e Político Brasileiro

Ementa:

A disciplina introduz os alunos nas discussões clássicas e contemporâneas do pensamento político e sociológico brasileiro com foco no temário relacionado ao processo de construção da nação e do estado brasileiro no contexto abrangente de evolução da sociedade mundial moderna. O programa está organizado em torno de eixos temáticos e correntes do pensamento sociológico e político brasileiro que oferecem explicações, diagnósticos e soluções variadas para os problemas sociais e políticos identificados.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Gildo. 2007. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo: Hucitec. Cidades: 1978.

FAORO, Raymundo (1984). Os donos do poder. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Globo/Ed. da Universidade São Paulo v. 1 e 2.

FERNANDES, Florestan. 1975. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5ª edição. São Paulo: Editora Globo.

FERNANDES, Florestan. A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FREYRE, Gilberto. [1933] 2006. Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 51ª edição revista. São Paulo: Global

NUNES, Edson. A Gramática Política no Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático. 3 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahae Ed; Brasília, DF: 2003.

ROSANVALLON, Pierre. "Por uma história conceitual do Político". In: Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa". In: Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Dias

WEFFORT, Francisco C. A formação do pensamento político brasileiro. ideias e personagens. São Paulo, Ática: 2006.

Bibliografia Complementar:

ALONSO, Angela. "Introdução". In: Ideias em movimento - A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 2002.

BOTELHO, André & Swarcz, Lilia Moritz. "Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro". In Lua Nova – Revista de Cultura e Política. n. 82, 2011.

HOLANDA, Sérgio B. De (1994). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio.

JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos conceitos e teoria política social: referências preliminares". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 20. n. 57, fevereiro de 2005.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A crise do Poder no Brasil (Problemas da revolução nacional brasileira). Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O processo da sociologia no Brasil (esquema de uma história de ideias). Rio de Janeiro: [s.e.], 1953.

RAMOS, Guerreiro. A redução sociológica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

TEXEIRA, Carlos Sávio. Modos de pensar o Brasil. Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger. Sinais Sociais, v. 10, n. 28, 2015, p. 55-80.

VIANNA, Oliveira. 1987. Instituições políticas brasileiras. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, vols. I, II

WERNECK VIANNA, Luiz. "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". In: DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 34, n. 2, 1991. Rio de Janeiro.

Contabilidade Pública e Orçamentária

Ementa:

Contabilidade Pública: conceito importância, objetivos, campo de aplicação, requisitos fundamentais e características. Princípios contábeis aplicados à administração pública. Atos administrativos e fatos contábeis na administração pública. Ordenador de despesas. Patrimônio público: conceito e classificação, variações patrimoniais, depreciação, amortização e exaustão. Exercício financeiro e regime contábil na administração pública para as receitas e despesas. Regime orçamentário e regime patrimonial. Sistema de informações contábeis na administração pública. Registros contábeis: plano de contas e sua estruturação; procedimentos para registro das receitas e despesas públicas e de fatos contábeis na administração pública; balancetes de verificação. Operações e registros para encerramento de exercício e apuração do resultado. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e outros demonstrativos contábeis na administração pública.

Bibliografia Básica:

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática. 3ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2021. 220p.

KOHAMA, Helio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 15ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2016. 440p.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS B/IFAC/CFC. 3ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2013. 304 p.

Bibliografia Complementar:

ABRAHAM, Marcus. Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 3ª edição. São Paulo, Editora Forense, 2020. 376 p.

BRASIL. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª Edição. Brasília/DF, 2019. 472 p.

MOTA, Francisco Glauber Lima. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: autor-editor, 2009.

PACELLI, Giovanni. Contabilidade Pública. 4ª Edição. São Paulo, Editora Juspodivm, 2021.

Probabilidade e Estatística para Administração Pública

Ementa:

Potencialidades e limites do conhecimento estatístico de realidades sociais. Amostra e população. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central (médias, quartis, moda, mediana). Medidas de dispersão (variância, desvio padrão, coeficiente de variação). Probabilidade. Distribuição normal e binominal. Montagem e análise de gráficos e tabelas.

Bibliografia básica

HOFFMANN, RODOLFO. Estatística para Economistas. 4ª. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cengage, 2006. 430 P.

LEVIN, Jack. Estatística para Ciências Humanas. 11ª edição. São Paulo, Editora Pearson Universidades, 472 p.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de O. Estatística básica. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. 568p.

Bibliografia Complementar:

BUNCHAFT, Guenia; KELLNER, Sheilah Rubino de Oliveira. Estatística sem mistérios. 2.ed. corrigida Petrópolis: Vozes, 1999. 303 p., il. ISBN 85-326-1812-0.

MEYER, PAUL L. Probabilidade: aplicações à estatística. Livros Técnicos e Científicos, 1969. xiv, 391p.

SOARES, José Francisco; FARIAS, Alfredo Alves de; CESAR, Cibele Comini. Introdução à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 1991. 378p.

5º PERÍODO

Comunicação e Marketing

Ementa:

Introduzir os alunos aos principais conceitos da comunicação integrada em instituições públicas, e proporcionar uma visão estratégica e de planejamento em comunicação integrada através das ferramentas do marketing e da comunicação organizacional. Base conceitual do marketing. Funções do marketing. Composto de marketing. Melhoria de desempenho do setor público através do aproveitamento de oportunidades para atender a necessidade do cidadão. Coleta de informações no setor público. Criação e manutenção de uma identidade de marca desejada. Comunicação eficaz com públicos chave. Marketing social. Estratégias de marketing. Endomarketing. Plano de marketing.

Bibliografia básica:

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. Revista de Administração Pública, v. 52, n. 1, p. 52–70, jan. 2018.

Deputados, Centro de Documentação e Informação : Edições Câmara, 2014.

KOTLER, P.; LEE, N. Marketing no setor público um guia para um desempenho mais eficaz.

KOTLER, Philip. Administração de marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Pearson, 15ª edição. 2019.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 4.0: do tradicional ao digital. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

NOLETO FILHO, P. A. Mídia e política na imagem do Congresso. Brasília: Câmara dos
Porto Alegre: Bookman, 2008.

SCHULER, Maria; TONI, Deonir de. Gestão da imagem de organizações, marcas e produtos: através do MCI: Método para configurações de imagem. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, J. (Ed.). Comunicação

DUARTE, J. (ed.). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

LAMB, Charles W.; HAIR, Joseph F. e McDANIEL, Carl. Princípios de Marketing. São Paulo, Thomson, 2004.

NEWMAN, B. I. (ed.). Handbook of political marketing. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1999.

YANAZE, Mitsuro Higuchi; MIHAILIDIS, Basile Emmanouel. Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações. São Paulo: Saraiva, 2013.

Economia Brasileira

Ementa:

Abordagem histórica da economia brasileira. Economia brasileira pós-estabilização monetária. Transformações econômicas recentes.

Bibliografia Básica:

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

GIAMBIAGI, Fábio, et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto. Governos Lula, Dilma e Temer: do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação (2003-2018). Rio de Janeiro: Letra Capital Editora, 2019.

REGO, José Maria; MARQUES, Rosa Maria (org). Economia Brasileira. 6ª.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso. Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2020.

FERREIRA, Pedro et al. Desenvolvimento econômico: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KON, Anita (coord.) Planejamento no Brasil II. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

SUZIGAN, W. Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento, São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

TAVARES, M. C. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

Direito Tributário

Ementa:

O Estado e a tributação. Sistema Tributário. Princípios de tributação e princípios constitucionais tributários. A legislação tributária e sua interpretação. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Crimes e infrações. Tributos em espécie. Processo tributário.

Bibliografia Básica:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 28ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA MARTINS, Ives Gandra da. Curso de Direito Tributário. 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.

ÁVILA, Humberto. Sistema Constitucional Tributário. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BALEIRO, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. 4ª ed. São Paulo: Noesis, 2007.

BORGES, José Souto Maior. Teoria Geral da Isenção tributária. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

CARAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Dicionário Jurídico Tributário. São Paulo: Dialética, 2005.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. São Paulo: Saraiva, 2005.

Políticas Públicas

A disciplina tem por objetivo proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para a compreensão da importância e funcionamento das políticas públicas no âmbito da ação estatal, bem como suas várias interfaces com o setor privado e o terceiro setor.

Como abordagem, buscaremos compreender como surgem as políticas públicas, a partir de uma análise do processo de formulação, destacando o papel dos atores e instituições envolvidas, destacando os processos de barganhas e decisão no sistema político. A disciplina conta ainda, com uma atividade que visa instigar os alunos a pensarem (e desenvolverem) a formulação de uma política pública (ou política social) e apontarem a viabilidade a sua empírica. São temas centrais da disciplina: ação governamental; coordenação federativa, políticas distributivas, redistributiva e regulatória; a relação público e privado; participação, associativismo e capital social; e sistemas de rede.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: Descentralização em um Estado Federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.14, nº 40, pp. 111 a 141. 1999.

CAPELLA, Ana C. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G. ARRETCHE, M. MARQUES, E. (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2007.

DRAIBE, Sônia. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G. ARRETCHE, M. MARQUES, E. (Orgs.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2007.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. Fifteenth Edition. Pearson, Ed. Copyright, 2017

ESPING-ANDERSEN, G. The Three Worlds of Welfare Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1990, caps. 1, 2 e 3.

FARAH, Marta F. Santos. Administração pública e políticas públicas. RAP/FGV. Rio de Janeiro 45(3):813-36, Maio/jun. 2011

FARIA, Carlos A. P. Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. RBCS, vol. 18, nº 51, fev., pp. 21- 30. 2003.

FARIA. C. A. P de. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social. Revista BIB. 2º sem. nº 46, pp. 38 a 71. Rio Janeiro, Civilização Brasileira.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revista Planejamento e Políticas Públicas, 2000.

LOBATO, Lenaura. Algumas Considerações sobre a Representação de Interesses no Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília, ENAP, 1 v. 2006.

MARQUES, E. C. M. Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Revan, 2000.

MONTEIRO, Jorge V. O Processo Decisório de Política. In: SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília, ENAP, 1 v. 2006.

NUNES, E. A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro, ENAP/Jorge Zahar Editores, 1997.

O'DONNELL, Guilherme. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. Novos Estudos CEBRAP, 35:123-146, São Paulo, julho. 1993.

PRZEWORSKI, A. Sobre o Desenho do Estado: uma Perspectiva Agente X Principal. BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. Rio de Janeiro: FGV, Ed. pp.39-73. 1998.

- REIS, Elisa. “Reflexões Leigas para a Formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas”, Revista Brasileira de Ciências Sociais 18 (51): 21-30. 2003.
- RUA, Maria das Graças. Para Aprender Políticas Públicas: conceitos e teorias. Volume 1. IGEPP, 1998.
- SANTOS, W. G. A Trágica Condição da Política Social. In Política Social e combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1998. p. 33 a 63.
- SANTOS, W. G. O Ex-Leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro, 2006.
- SANTOS, W. G. Razões da desordem. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- SCHNEIDER, Volker. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. Revistas Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005.
- SOUZA, C. Governos Locais e Gestão Políticas Sociais Universais. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 18, nº 2, abr-jun., pp. 27 a 41, 2004.
- SOUZA, C. Reforma do Estado, Descentralização e Desigualdades. Rev. Lua Nova, nº 48, 1999.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa. Caderno CRH 39: 11-24. 2003.
- SUBIRATS, Joan. Definición del Problema. Relevância Pública y Formación de la Agenda de Actuación de los Poderes Públicos. In: SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília, ENAP, 1 v. 2006.
- SUBIRATS, Joan. El Papel de la Burocracia en el Proceso de Determinación e Implementación de las Políticas Públicas. In: SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E. (Orgs.). Políticas Públicas. Brasília, ENAP, 2 v. 2004.
- VIANNA. M. W. A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil: Estratégias de Bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro, Ed. Revan, p.130-215, 2000.

Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública

Ementa:

Uso de indicadores nas políticas sociais. Indicadores: Conceito, características básicas, tipos, vantagens e limitações. Principais Fontes de Dados. Amostra: cálculo e desenho amostral. A pesquisa de Survey: o processo de elaboração do instrumento de coleta, a coleta de informação e confecção de banco de dados. Indicadores: construção e análise. Indicadores das principais áreas de políticas públicas: construção e interpretação.

Bibliografia Básica :

- ANDERSON, D. R., SWEENEY, D. J., WILLIAMS, T. A., CAMM, J. D.; COCHRAN, J. Estatística Aplicada a Administração e Economia. São Paulo, Editora Cengage Learning, 2019.
- BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 519 p., 1999.
- BARBETTA, P. A. Estatística Aplicada às Ciências Sociais. 9a edição revista. Florianópolis. Editora UFSC, 2017. 315 p.

Bibliografia Complementar:

- BUSSAB, W. MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 9.ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2017.
- CARVALHO et al. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia. Abep. Belo Horizonte. 1994
- JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil. 2a ed. Campinas: Alínea, 2017.
- TRIOLA, M. F. – Introdução à Estatística. 12ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017
- VIEIRA, S. Como elaborar questionários. São Paulo: Atlas; 2009.

6º Período

Planejamento Estratégico Governamental

Ementa:

Conceitos básicos. Gênese do planejamento na esfera pública. Planejamento estratégico no setor público. Trajetória do planejamento governamental no Brasil. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento. Os principais instrumentos de planejamento no Brasil: a centralidade dos Planos Plurianuais no atual modelo de planejamento brasileiro: avanços e desafios; o papel da LDO; e a LOA. Planejamento de longo prazo: lacunas e desafios.

Bibliografia Básica:

- ALTOUNIAN, Cláudio Sarian ; SOUZA, Daniel Luiz de; LAPA, Leonard Renne Guimarães. Gestão e governança pública para resultados: Uma visão pratica. Editora Forum, 2020. 302 p.
- ANDRADE, Arnaldo Rosa de. Planejamento Estratégico - Formulação, Implementação e Controle. 2ª edição. Editora Atlas, 2016. 192 p.
- CORRÊA, I.M. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 41 (3), p.487-504, maio/jun 2007.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. * Acesso: biblioteca e/ou centro de informação.
- OSBORNE, David. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1995. 438p.
- PALUDO, Augustinho V.; OLIVEIRA, Antônio G. Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico, 1ª Edição. Editora, Foco, 2021. 176 p.
- SERRA, Alberto. Modelo de gestão para resultados no setor público. Natal, RN: SE ARH/RN, 2008. 140p.
- TONI, Jackson de. O planejamento estratégico governamental: reflexões metodológicas e implicações na gestão pública. Editora Intersaberes, 2016. 394 p.
- TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. 320p.

Bibliografia Complementar:

CERTO, Samuel; PETER, Paul. Administração estratégica: planejamento e implementação estratégica. São Paulo: Makron Books, 1993.

CORRÊA, I.M. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 41 (3), p.487-504, maio/jun 2007.

MINTZBERG, H. Ascensão e queda do Planejamento Estratégico. Ed. Bookman. Porto Alegre, 2004

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da Estratégia. Ed. Bookman. Porto Alegre, 2001

OLIVEIRA, D. P. R. Planejamento Estratégico Empresarial. Ed. Atlas. São Paulo, 2005.

THOMPSON, Arthur; STRICKLAND, III J. Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução. São Paulo: Pioneira, 2000.

TIFFANY, Paul & PETERSON, Steven D. Planejamento estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Psicologia

Ementa:

O conceito de Psicologia. Desenvolvimento histórico. A natureza da mente/cérebro/comportamento. Tópicos direcionados para as ciências sociais: percepção, cognição, memória, linguagem, aprendizagem, emoção, razão e ação. Desvios e transtornos psicológicos. Temas em Psicologia Social. Neurociências.

Bibliografia Básica:

FELDMAN, R. S. (2015). Introdução à Psicologia. Artmed.

GAZZANIGA, M. (2017). Ciência Psicológica. Artmed.

MEYERS, D. & DEWALL, N. (2022). Psicologia 11 ed. LTC.

MEYERS, D. (2014). Psicologia Social. Artmed.

SCHULTZ D. P. & SCHULTZ, S. E. (2019). História da Psicologia Moderna. Cengage

Bibliografia Complementar:

DALGALORRONGO, Paulo (2018). Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Artmed

EYSENK, M. W. (2017). Manual de Psicologia Cognitiva. Artmed.

GLEITMAN, H. & FRIDLUND, A. & REISBERG, D. (2007). Psicologia. Fundação Calouste Gulbenkian.

Metodologia Qualitativa Aplicada à Gestão Pública

Ementa:

Métodos de investigação qualitativa: métodos comparativos e estudos de caso, grounded theory, Análise de Processos (Process Tracing), análise do discurso e da narrativa. Métodos de coleta e análise de material empírico: grupos focais, entrevista, técnicas de observação. Métodos Qualitativos para Análises Quantitativas.

Bibliografia básica:

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 6ª edição. Editora Vozes. 2014. 144 p.

FLICK, Uwe. Introdução à Pesquisa Qualitativa. 3ª edição. Editora Penso. 2008. 408 p.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. Editora Atlas. 2019. 248 p.

MINAYO, M. C.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade - Série Manuais Acadêmicos. Editora Vozes. 2016. 96 p.

Bibliografia complementar:

POUPART, Jean et al. Pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 4ª edição. Editora Vozes, 2014. 464 p.

TAVARES, Manuel; RICHARDSON, Roberto Jarry. Metodologias qualitativas: teoria e prática. Editora CRV. 2020. 408 p.

YIN, Robert K. Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim. Editora Penso. 2016. 336 p.

Gestão de Políticas Públicas

O curso busca compreender as várias abordagens no processo de gestão de políticas públicas, a partir da operacionalização dos atores do poder público e a relação com o mercado e terceiro setor. A condução teórica parte da concepção da estrutura federativa, a partir dos níveis de governo, de modo que se possa conhecer o “tamanho do estado”, com suas idiosincrasias. O entendimento acerca da composição orçamentária dos entes federados, arrecadação própria, transferências e convênios é condição para que se possa perceber as efetividades da gestão das políticas públicas no âmbito subnacional. A disciplina conta com uma parte empírica na qual os alunos são conduzidos a conhecer a gestão pública municipal, a partir da compreensão quanto ao funcionamento das políticas públicas locais, propiciando o contato com os processos de gestão e controle. São conceitos importantes na disciplina: federalismo; descentralização fiscal; capacidade orçamentária; implementação e avaliação das políticas públicas; desafios da gestão pública.

Bibliografia Básica:

ABRANCHES, S. H., Santos, W. G. e Coimbra, M. A., Política Social e a Questão da Pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

- ABRÚCIO, Fernando L. O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública: Um Breve Estudo sobre a Experiência Internacional Recente. Brasília: ENAP, n10. 1997.
- AFFONSO, Rui. Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil. Rev. São Paulo em Perspectiva, 10(3) 1999
- AFONSO, Jose Roberto Rodrigues, et. al. Municípios, Arrecadação e Administração Tributária: quebrando tabus. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 5, N. 10, P. 3-36, 1998.
- AGUILAR, M.J. e ANDER-EGG, E. Avaliação de Serviços e Programas Sociais Petrópolis: Vozes, 1994.
- ALA-HARJA, Marjukka e HELGASON, Sigurdur, "Em Direção as Melhores Práticas de Avaliação", Revista do Serviço Público, Ano 51, n. 4, Out.-Dez. 2000.
- ALISSON Carvalho et al (org). Políticas Sociais. Belo Horizonte, Editora UFMG, PROEX, 2002.
- ARRETCHE, Marta T. S. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. Rev. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 17-26, 2004
- ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In Rico, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia. Revista São Paulo em Perspectiva, Vol. 18, nº 2, 2004.
- AZEVEDO, Sérgio de e PRATES, A. A. (1991). "Planejamento Participativo, Movimentos Sociais e Ação Coletiva", Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1991.
- BREMAEKER, François E. J. Estimativas de Repasse do FPM em 2018. Observatório de Informações Municipais. Rio de Janeiro, outubro de 2017
- CASTRO, Maria Helena G., "Interesses, Organizações e Políticas Sociais". Boletim Informativo Bibliográfico, n. 31, 1991.
- DRAIBE, Sonia, "Avaliação de Impactos: Experiências Metodológicas em Políticas Sociais no Brasil". Workshop on Evaluation of Social Impact. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- GARSON, Sol; ARAUJO, Erika A. Federalismo Fiscal Ações Sociais Básicas: descentralização ou municipalização? Informe-Se. Secretaria para Assuntos Fiscais - SF nº 23 – janeiro, 2001
- LIMA, Luciana Dias; ANDRADE, Carla L. Tavares. Condições de financiamento em saúde nos grandes municípios do Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(10):2237-2248, out, 2009.
- LINHARES, Paulo Tarso F.; MENDES, Constantino Cronemberger; LASSANCE, Antonio (Orgs.). Federalismo à Brasileira questões para discussão Federalismo à Brasileira questões para discussão. Diálogos para o Desenvolvimento. Vol.8 IPEA, 2012.
- LOTTA, Gabriela Spanghero; GONÇALVES, Renata; BITELMAN, Marina. A Coordenação Federativa de Políticas Públicas: uma análise das políticas brasileiras nas últimas década. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 19, n. 64, Jan./Jun. 2014.
- MANCUSO, Wagner Pralon; MOREIRA, Davi Cordeiro. Benefícios Tributários Valem a Pena? Um estudo de formulação de políticas públicas Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 45, p. 107-121, mar. 2013.
- MASSARDI Wellington de Oliveira; ABRANTE, Luiz Antônio. Dependência dos Municípios de Minas Gerais em Relação ao FPM. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador, v. 6, n. 1, p. 173- 187, jan./abr., 2016.
- MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e "Hobbesianismo Municipal" efeitos perversos da descentralização? Ver. São Paulo em Perspectiva, 10(3) 1996.

MENDES, Marcos. Federalismo Fiscal e Crescimento do Governo: evidências eleitorais para o Brasil. Área ANPEC: Área 2 – Economia do Setor Público.

NETO, Celso de Barros Correia; CARVALHO, Cristiano Viveiros; PALOS, Luciola Calderari da Silveira. IRPJ e CSLL Gastos Tributários em 2019. Estudo Técnico. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados, 2018.

SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e Políticas Sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. R. Pol. Públ., São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan./jun. 2014.

SANTOS, Penalva, MOULIN, Angela S. Descentralização, Desenvolvimento Local e Autonomia Financeira dos Municípios. Quivera, vol. 10, núm. 1, enero-junio, 2008, pp. 47-64 Universidad Autónoma del Estado de México Toluca, México.

SOARES, Márcia Miranda; MACHADO, José Angelo. Federalismo e políticas públicas. Brasília: Enap, 2018.

SOUZA, Celina. Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 27-41, 2004.

TRISTÃO, José A. Martelli. A Administração Tributária dos Municípios Brasileiros. Revista Administração em Diálogo. July 2008. https://www.researchgate.net/publication/277163408_A_Administracao_Tributaria_dos_Municipios_Brasileiros

Administração Estratégica aplicada à Administração Pública

Ementa:

Conceito de planejamento e administração estratégica. Evolução da administração estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. As diferentes abordagens sobre administração estratégica. A análise estratégica ambiental e interna. Lidando com estruturas, sistemas, processos, cultura, poder e mudança. A formação e a formulação da estratégia. Acompanhamento do processo estratégico. Planejamento e sua avaliação em organizações públicas e privadas.

Bibliografia Básica:

ANSOF, H. I. e McDonnell, E. J. Implantando a administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1993.

Brasil. Brasil 2020, cenários exploratórios. CGEE, Brasília, 1998. Disponível em: http://seer.cgge.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/15/15.

Candeas, A. Há um pensamento estratégico para o Brasil? Em Planejamento Brasil século XXI: inovação institucional e refundação administrativa : elementos para o pensar e o agir / organizador: José Celso Cardoso Jr. – Brasília: Ipea, 2015.

DE ARAÚJO SILVA, Flávia; GONÇALVES, Carlos Alberto. O processo de formulação e implementação de planejamento estratégico em instituições do setor público. Revista de Administração da UFSM, v. 4, n. 3, p. 458- 476, 2011.

De Toni, J. O Planejamento Estratégico Governamental: reflexões metodológicas e Orçamento. Brasília: Ipea, Assecor, 2017. 320 p.

Econômica Aplicada, Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento implicações na gestão pública. Editora Intersaberes, 2016.

Ipea; Assecor . Brasil 2035: cenários para o desenvolvimento. Instituto de Pesquisa

Marcial, E. (Org.). Megatendências mundiais 2030: o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo? : contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>

Mintzberg, H. Ascensão e queda do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Mintzberg, H.; Ahlstrand, B.; Lampel, J. Safári de estratégia. Porto Alegre: Bookman, 2000.

no Brasil em tempos de austeridade. Banco Mundial, Relatório nº 117392-BR, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças, Planejamento Estratégico, São Paulo: 34ª edição, Atlas 2018. portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26450.

PORTER, Michael E. Vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios. 3 Edição, São Paulo: Atlas, 2011. Raiser, M. et al. De Volta ao Planejamento: como preencher a lacuna de infraestrutura

Santos, G.; De Paula, J. O que pensam os servidores sobre o planejamento? Percepção sobre o processo de elaboração e acompanhamento do Plano Plurianual (PPA). Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

Bibliografia complementar:

ANSOFF, H. Igor. Administração estratégica. São Paulo: Atlas, 1983.

Cardoso, J. C; Garcia, R. C. Pensamento estratégico e planejamento governamental.

Cavalcante, P.; Pires, R. Governança pública: das prescrições formais à construção

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica. São Paulo: Makron Books, 1993.

de uma perspectiva estratégica para a ação governamental. Ipea, Boletim de Análise Político-Institucional, n. 19, Brasília, 2018.

In: Revista Política Social e Desenvolvimento, n. 12, 2014.

LORANGE, Peter; VANCIL, R. F. Como projetar um sistema de planejamento estratégico São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Marcial, E.; Chervenski, V.; Okado, G.; Wosgrau, A. Carvalho, B. Megatendências mundiais 2030, v. 5, nº 1, 2015, p. 4 – 27.

PRAHALAD, C. K. et alii. Estratégia. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

STEINER, George A. e Miner, John B. Política e estratégia administrativa. Rio de Janeiro: Interciência, 1981.

WRIGHT, Peter. Administração estratégica: conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

7º Período

Elaboração e Gestão de Projetos

Ementa:

Conceituação básica sobre a gestão de projetos: relação entre projeto, programa e plano; diferenças entre projeto e processo; ciclo de vida do projeto; processos de gerenciamento; análise de stakeholders; métodos e técnicas de análise de projetos de investimento empresarial de longo prazo. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto.

Bibliografia Básica:

BRANCO, R. H. F.; LEITE, D. E. S. Gestão colaborativa de projetos. São Paulo: Saraiva, 2016.

CARVALHO, M. M.; RABECHINI Jr., R. Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo Competências para Gerenciar Projetos. 5. Rio de Janeiro: Atlas, 2018.

CRUZ, Fabio. PMO ágil: escritório ágil de gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Brasport, 2016.

DIAS, R. Gestão Pública: Aspectos Atuais e Perspectivas para Atualização. São Paulo: Atlas, 2017.

KERZNER, H. Gestão de Projetos: as melhores práticas. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.

MENEZES, L. C. M. Gestão de projetos. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2018

NADAI, R. D. L. Proposta para a Construção de Roadmap de Gestão de Portfólio em uma Organização Pública. 2019. 83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional). Campo Grande, UFMS, 2019.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do Conjunto de Conhecimentos do Gerenciamento de Projetos - PMBOK®. 6.ed, 2017.

SILVA, S.Bruno, CARVALHO, R. Gustavo e SANTOS, R. A. Otávio, Adaptação na Prática de um Setor Público às Metodologias Ágeis. PUC-RJ, 2012. Disponível em: ftp://ftp.inf.pucRio.br/pub/docs/techreports/12_13_silva.pdf

Bibliografia Complementar:

BRIGHAM, E. GAPENSKI, L. EHRHARDT, M. Administração Financeira – Teoria e Prática, Ed. Atlas, 3ª edição. 2016.

CAVALCANTI, Marly. Análise e elaboração de projetos de investimento de capital sob uma nova ótica. Curitiba- PR: Juruá, 2007.

FINOCCHIO JUNIOR, J. Project Model Canvas - Gerenciamento de Projetos Sem Burocracia. Rio de Janeiro: Elsevier–Campus, 2013.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Planejamento Estratégico, São Paulo: 34ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2018.

XAVIER, C. M. Gerenciamento de projetos: Como Definir e Controlar o Escopo do Projeto. 4. São Paulo, Editora Saraiva, 2018.

Matemática Financeira

Ementa:

Sistemas de capitalização simples e composta. Desconto e valor presente. Taxas de juros nominais e reais. Rendas constantes na capitalização composta. Amortização de empréstimos. Correção monetária e inflação. Técnicas de análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 15ª edição. São Paulo, Editora Atlas. 2019.

GITMAN, Lawrence. Princípios de Administração Financeira. 12ª edição. Editora Pearson Universidades, 2009. 800 p.

PUCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10ª edição. São Paulo, Editora Saraiva. 2017. 384 p.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. Matemática Financeira: Juros, Capitalização Simples e Composta, Sistemas de Amortização Price e SAC, Títulos Públicos: LTN, NTN e LFT, Taxas de Selic e CDI, Utilização de Calculadoras Financeiras. 8ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2018. 368 p.

Bibliografia Complementar:

ERTHARDT, M.; BRIGHAM, E. Administração financeira: Teoria e Prática. 13.ed.; São Paulo: Cengage Learning, 2013.

OLIVEIRA, Gustavo F. Matemática Financeira Descomplicada para Cursos de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Atlas, 2013.

SAMANEZ, Carlos P. Matemática Financeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SILVA, André Luiz Carvalhal. Matemática Financeira Aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Administração Financeira e Orçamentária

Ementa:

Classificações Gerais; Receitas e despesas; Planejamento e Orçamentação; O Processo orçamentário público; A elaboração e execução do orçamento; Controle da execução do orçamento. Processo orçamentário no Estado do Rio de Janeiro.

Bibliografia Básica:

BRIGHAM, Eugene; EHRHARDT, Michael. Administração financeira: Teoria e prática. 3ª Edição. São Paulo, Cengage Learning, 2016.

GARSON, Sol. Planejamento, orçamento e gasto com políticas públicas: uma metodologia de apuração para Estados e Municípios. São Paulo, Editora Fi, 2018. 210 p.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas, São Paulo, 17ª edição, 2018.

NETO, Alexandre Assaf; LIMA, Fabiano Guasti. Fundamentos de Administração Financeira. 3ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2017. 400p.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

MENDES, Sérgio. Administração Financeira e Orçamentária - Teoria e Questões. 7ª Edição. São Paulo, Editora Atlas, 2020. 480p.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova Contabilidade Pública. 9ª edição. São Paulo, Editora Atlas, 2011.

8º Período

Monografia

Ementa:

Elaboração de um projeto de monografia. Elaboração da monografia propriamente dita.

Bibliografia básica

Definida pelo aluno e professor orientador.

Bibliografia complementar:

LAKATOS, Eva Marina; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2022. 198 p.

QUIVY, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Revisão Científica: Rui Santos. Gradiva Publicações S.A. 5ª Edição. 2008.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

ECO, Umberto. Como se Faz uma Tese. São Paulo: Perspectiva S.A. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry (ORG.). Pesquisa Social. Métodos e técnicas. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Tópicos Especiais: Introdução à Demografia

Ementa:

Análise estática: A composição por sexo e idade, sua evolução e distribuição espacial da população. Componentes do crescimento demográfico: a equação compensadora. O diagrama de Lexis e as medidas demográficas de coorte e período. Mortalidade: conceitos, fontes de dados e indicadores. Fecundidade e Natalidade: conceitos, fontes de dados e indicadores. Padronização direta e indireta. Migração: conceitos, fontes de dados e indicadores.

Bibliografia Básica:

ABEP 1984. Censo, consensos, contra-censos; III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos. Ouro Preto. ABEP, São Paulo.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do N. Conceitos Básicos e Medidas em Demografia. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990. 64p.

HAKKERT, R. Fontes de Dados Demográficos. Belo Horizonte, ABEP. 1996

IBGE/DPE. Componentes da dinâmica demográfica brasileira: textos selecionados. Rio de Janeiro, 1996.

PRESTON, S. H. et al. Demography: measuring and modeling population processes. Blackwell, 2001.

ROLLET, Catherine. Introdução à Demografia. Porto: Porto Editora, 2007

Bibliografia Complementar:

IBGE. Dicionário Demográfico Multílingue. Rio de Janeiro, 1969.

NACIONES UNIDAS. Manual X - Indirect Techniques for Demographic Estimation. Department of International Economic and Social Affairs -NY (Pag. 241 - 49), 1983.

PRESSAT, Roland. The Dictionary of Demography. Oxford: Basil Blackwell Inc., 1985.

PRESTON, S.H., HEUVELINE, P. and GUILLOT, M. Demography: measuring and modeling population processes. Blackwell, Oxford, 2001.

SHRYOCK, H.S. and SIEGEL, J.S. Studies in Population: The Methods and Materials of Demography. Academic Press, San Diego, 1976.

WUNSCH, G. and TERMOTE, M.G. Introduction to Demographic Analysis: principles and Methods. Plenum Press, New York, 1978.

Tópicos Especiais: Ciência e Sociedade

Ementa:

A disciplina introduz os alunos nas discussões sobre a relação entre o sistema científico e a sociedade com foco no caso brasileiro. O programa está organizado em torno de eixos temáticos como as diferenças entre ciências sociais e ciências naturais; as relações e interdependências entre sociedade e ciência; o processo de constituição do sistema científico na evolução sociocultural; o papel da ciência nas autodescrições da

sociedade e na mudança ou conservação estrutural de sistemas sociais; as relações entre centro e periferia na ciência global e o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento regional e nacional.

Bibliografia Básica:

ABRANCHES, Sérgio H. "Política Social e Combate à Pobreza. A Teoria da Prática." In: ABRANCHES, S. SANTOS, W.G. ARANHA, Maria Lúcia de A. e MARTINS, Maria Helena P. Martins, *Filosofando: Introdução à Filosofia*, São Paulo, Ed. Moderna, 1995.

COIMBRA, M. *Política Social e a Questão da Pobreza*, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

SINGER, Paul. *De Dependência em Dependência: Consentida, Tolerada e Desejada*. Estudos Avançados. n.33, USP, 1998.

Bibliografia Complementar:

CASTEL, Roberto. "As metamorfoses do Trabalho". In. *Globalização: O fato e o mito*.

CASTELLS, Manuel. "Prólogo: A Rede e o Ser". In: *Sociedade e Rede. A era da Informação: economia, Sociedade e Cultura*. Volume I. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

DA MATTA, R. *Você sabe com quem está falando? Um Ensaio sobre a Distinção entre Indivíduo e Pessoa no Brasil*. In: *Carnavais de Malandros e Heróis*. Zahar. Rio de Janeiro.

NUNES, Edson. *Tipos de Capitalismo, Instituições e Ação Social*. In: *A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Zahar. Rio de Janeiro, 1997.

SNOW, C.P. *As duas Culturas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1963.

Tópicos Especiais: Libras

Ementa:

Conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. Estudo da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Bibliografia Básica:

BARBOSA, H. ; MELLO, A. C. P. T. *O surdo, este desconhecido*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1997.

BRASIL. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC / SEESP, 2001. BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 [Lei de Acessibilidade].

FELIPE, Tânia. *LIBRAS em contexto*. 7. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

LUCHESI, Maria Regina C. *Educação de pessoas surdas: Experiências vividas, histórias narradas*. Campinas: Papyrus, 2003.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC, 2005. [Regulamenta a Lei de Libras]

BRASIL. MEC / Secretaria de Educação Especial. Programa de Capacitação de Recursos Humanos do ensino Fundamental. Deficiência Auditiva. organizado por Guisepe Rinaldi et alii. Brasília: SEESP, 1997

LÍNGUA brasileira de sinais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

SKLIAR, Carlos. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

Tópicos Especiais: Relações étnico-raciais e diversidade Cultural no Brasil

Ementa:

O conceito de diversidade e a sua incidência no mundo atual. Cultura afro-brasileira e indígena. Configurações dos conceitos de raça, de etnia e de cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Interface entre gênero e raça. O Negro na Sociedade de Classes. Movimentos Sociais Negros e Indígenas no Brasil. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas.

Bibliografia Básica:

CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas. Edusp: São Paulo, 2003.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto, MG: Universidade Federal de Ouro Preto, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: UNESP; Brasília: Paralelo 15, 2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos. O poder da cultura e a cultura do poder: a disputa simbólica da herança cultural negra do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005

Bibliografia Complementar:

BRANT, Leonardo. Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C; SCOTT, Rebecca J. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MACHADO, Ana Claudia, SOUZA, Claudia Moraes. Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1998

MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

Tópicos Especiais: Licenciamento Ambiental

Ementa:

Introdução ao licenciamento ambiental: conceito e noções prévias de direito administrativo. Natureza jurídica da licença ambiental. Exigibilidade do licenciamento ambiental: hipóteses legais. Competência para o licenciamento ambiental. Atuação da União, Estados e Municípios no licenciamento ambiental. Etapas do licenciamento ambiental e licenças ambientais. Responsabilidade no licenciamento ambiental. Estudos ambientais.

Bibliografia Básica:

BIM, E.F. Licenciamento ambiental. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

FARIAS, T. Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos. 5 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

FIORILLO, C.A.P.; MORITA, D.M.; FERREIRA, P. Licenciamento ambiental. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2015

SÁNCHEZ, L.E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARCELOS, V. Educação ambiental: sobre princípios, metodologia e atitudes. São Paulo: Vozes, 2008.

MACHADO, P.A.L. Direito ambiental brasileiro. 23 ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

SANTOS, R.F. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

Tópicos Especiais: Direitos Humanos

Ementa:

Formação histórica dos direitos humanos. Direitos humanos e interculturalidade. Direito internacional dos direitos humanos.

Bibliografia básica

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2003.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um activista dos direitos humanos. Coimbra: Ed. Almedina. 2013.

Bibliografia Complementar:

DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Editora unisinos, 2009.

FLORES, Joaquín Herrera. Teoria crítica dos direitos humanos. Direitos humanos como produtos culturais. São Paulo: Lumen juris, 2009.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Método, 2014.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max Limonad, 1997

Tópicos Especiais: Política e Gestão Cultural

Ementa:

Introdução às políticas e à gestão cultural. Políticas culturais como intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários. Gestão cultural como organização de processos no campo cultural, por meio de criações, mediações e negociações. Instrumentos para a gestão da cultura: planos, programas, cartas de direitos culturais. Planejamento e definição de projetos, ações políticas no campo da cultura. Políticas e gestão da cultura voltadas ao desenvolvimento humano e social. Políticas culturais em documentos internacionais. Políticas culturais no Brasil. Direito cultural e participação. Diversidade cultural. Patrimônio cultural. Economia Criativa.

Bibliografia Básica

BARROS, José Márcio; BEZERRA, Jocastra Holanda (Orgs.). Gestão Cultural e Diversidade: do pensar ao agir. Belo Horizonte: EdUEMG, 2018.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da Cultura. Políticas Culturais e seus desafios.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil – dos anos 1930 ao século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARNEIRO, Juliana; BARON, Lia (Orgs.) Gestão Cultural. Niterói: Niterói Livros, 2018.

CASTRO, Flávia Lages; RODRIGUES, Luiz Augusto (Orgs.) Gestão Cultural. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CHÃ, Ana Manoela. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão popular, 2018.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Teoria dos Direitos Culturais: fundamentos e finalidades. São Paulo: Ed. SESC, 2021.

GARCÍA CANCLINE, Néstor. Política Cultural | Conceito, trajetória e reflexões. Organizado por Rocha, Renata; Brizuela, Juan I. Salvador: EDUFBA, 2019.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. A estetização do mundo | Viver na era do capitalismo artista, São Paulo: Cia das Letras, 2015

MARISCAL OROZCO, José Luis; RUBIM, Antônio Albino C.; SALTOS Coloma, Fabián (Orgs.). La gestión cultural desde Latinoamérica: analisis y experiencias em políticas culturales. Santiago: Ed. EGAG, 2018

NIVÓN BOLÁN, Eduardo (Org.). Gestión cultural y teoría de la cultura. Ciudad de México: UAM, 2015

RUBIM, Antônio Albino C.; Barbalho, Alexandre (Orgs.) Políticas Culturais no Brasil. Salvador: UFBA, 2007.

RUBIM, Antônio Albino C.; Rocha, Renata (Orgs.) Políticas Culturais. Salvador: UFBA, 2012.

RUBIM, Antônio Albino C. (Org.). Gestão Cultural. Salvador: UFBA, 2019.

TEIXEIRA COELHO. Dicionário Crítico de Política Cultural | Cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras/Fapesp, 1999.

URFALINO, Philippe. A invenção da política cultural. São Paulo: Ed. SESC, 2016.

VICH, Victor. Desculturalizar la cultura. La Gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Ed., 2014. [Disponível em português | <https://labacuff.files.wordpress.com/2022/01/e-book-vich.pdf>]

YÚDICE, George. A conveniência da cultural: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: EDUFMF, 2004

Bibliografia Complementar:

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. Estudos Avançados, 9 (23), 71-84, 1995.

CID, Gabriel da S. Vidal; Domingues, João Luiz Pereira; Paula, Leandro de. “Um governo dedicado ao homem comum e seus valores”: a cultura como objeto da política de gestão Bolsonaro. Antropolítica, 54 (1), 37-63, já./abr. 2022.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Políticas Públicas como instrumental de efetivação de direitos culturais. Sequencia (Florianópolis), 77, 177-196, nov.2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2017v38n77p177>

DIAS, Caio Gonçalves. A cultura que se planeja: políticas culturais do ministério da Cultura ao governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Mórula, 2021

DURAND, José Carlos. Cultura como objeto de política pública. São Paulo em Perspectiva, 15, (2), 66-72, 2001.

MORENO GONZÁLEZ, Ascensión. La cultura como agente de cambio social em el desarrollo comunitário. Arte, Individuo y Sociedad, 25 (1), 95-110, 2013 http://dx.doi.org/10.5209/rev_ARIS.2013.v25.n1.41166